

Acção **Socialista**

Nº 1220 - 19 Maio 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



DIA 13 O VOTO CERTO É NO PS



COMÍCIOS DE CAMPANHA



5 de Junho Braga
6 de Junho Vila Real
9 de Junho Porto
10 de Junho Coimbra
11 de Junho Arraial no Mercado da Ribeira em Lisboa

O VOTO É A ARMA DO POVO

- 13 de Junho é dia de eleições europeias. A obrigação número um do militante socialista é mobilizar as pessoas para votar. Porque votar é uma das expressões por excelência da participação democrática. Porque a abstenção é o inimigo principal do PS nesta eleição. Porque a direita aposta deliberadamente no aumento da abstenção, para tentar desvalorizar o significado político da sua provável derrota.
- As sondagens que vão sendo publicadas anunciam a vitória eleitoral do PS. Mas as sondagens são falíveis, ainda por cima com taxas de participação baixas. As sondagens não votam, quem vota são as pessoas e não há votação maciça sem mobilização popular, sem uma campanha de esclarecimento, contacto e motivação. Todos quantos (e são felizmente muitos) têm críticas a fazer e opiniões a dar sobre a actividade política do PS, dispõem agora de uma ocasião soberana para fazer-se ouvir e respeitar: é envolverem-se com determinação na campanha.
- A coligação da direita perde as eleições se o número dos seus votos e mandatos for inferior ao conjunto dos outros partidos. Contudo, isso não chega, porque não basta exprimir o protesto, é preciso preparar a alternativa. O que só se fará se a lista do PS for a mais votada. Ganhar, para os socialistas, significa, pois, ser os mais votados. Com votos dispersos à esquerda, não há vitória.
- O combate político faz-se, portanto, à direita e à esquerda. Num e noutro caso, tendo por referência a situação da Europa e de Portugal na Europa. Ao contrário do que apregoa o Governo, com o beneplácito de alguns comentadores supostamente sofisticados, nem a Europa é uma realidade exterior a Portugal, nem as questões políticas da Europa se resumem à composição da Comissão e ao sistema de votos entre os países. Quem quer defender e aprofundar a construção europeia, incluindo a dimensão de união política? Quem defende o modelo social europeu? Quem está contra a divisão artificial da Europa provocada pelo seguidismo de alguns governos face à Administração Bush? Quem tem provas práticas de aproximação à Europa, com crescimento e convergência económico-social? Só há uma resposta para o conjunto destas perguntas: é o PS.
- Os partidos não são iguais. Há quem lamente a confusão entre linguagem política e linguagem futebolística. Faz bem, mas não pode colocar tudo no mesmo saco. Uma coisa é servirem-se as candidaturas de imagens e comparações de fácil compreensão popular, como a do "cartão amarelo"; outra coisa, bem diferente, é procurar ostensivamente colar um programa político a um acontecimento desportivo de natureza nacional, como faz, logo a partir do seu nome, a coligação "Força Portugal".
- Bastou o primeiro dia de campanha para o PCP e o Bloco de Esquerda irem ao baú das recordações buscar a vetusta e peregrina ideia da identidade de pontos de vista entre PSD e PS. Logo ao primeiro dia regressaram as cansativas alegações sobre a necessidade de diminuir a votação no PS para derrotar a direita... Que absurdo! Só há uma maneira de derrotar a direita: é construir uma alternativa política sólida, coerente e viável. E isso só se consegue com a liderança do PS.
- Não há, pois, volta a dar-lhe. O PS tem 75000 militantes. De cada um deles depende uma campanha forte, clara, que conduza a uma vitória inequívoca no dia 13 de Junho.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

As sondagens não votam, quem vota são as pessoas e não há votação maciça sem mobilização popular, sem uma campanha de esclarecimento, contacto e motivação.

SHAMPOO DE LEITE 3000.

AGORA COM DESCONTOS

Manuela Ferreira Leite a um jornalista:

«Você está aqui a fazer-me perguntas [sobre alegadas irregularidades fiscais] e se calhar tem lá um **shampoo** no meio dos **descontos** de medicamentos».

In Jornais 20 Maio 2004

JOSÉ MANUEL DURÃO - Manuela, por favor, pare com isso do shampoo! Acha que tenho assim tanta caspa?! Oh, valha-me Deus!

ANTOONIO COLAÇO



SOUSA FRANCO

O FUTURO E O PRESENTE JOGAM-SE NA UNIÃO EUROPEIA



É preciso votar agora no PS para começar já a construir a alternativa para as legislativas

"O futuro e o presente de Portugal joga-se na Europa. Aquilo que os socialistas pretendem é fazer andar para a frente Portugal e a Europa", afirmou o cabeça de lista do PS às eleições de 13 de Junho, Sousa Franco, no comício de arranque oficial de campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, que se realizou em Lisboa, no dia 29, no Pavilhão de Portugal, e que contou também com as intervenções de Ferro Rodrigues, António Costa, Ana Gomes e Jamila Madeira. Sousa Franco sublinhou que os portugueses começam agora a perceber que tiveram seis anos de ouro durante os governos do Partido Socialista e dois de chumbo, com a coligação de direita PSD/PP

"O povo que der maioria ao PS estará a votar por uma Europa do crescimento, da solidariedade, da paz. Este Governo de direita está a destruir Portugal a nível económico e social e tem de assumir as suas responsabilidades no alinhamento ao lado da Administração Bush na guerra no Iraque", afirmou.

Sousa Franco acusou também o Governo de ser "autoritário", por recusar todos os contributos dos partidos da oposição e por insultar tudo e todos como forma de

evitar o debate político e contribuir para a abstenção.

"A arma que os portugueses têm — afirmou — é o voto no PS para terem um Portugal melhor", disse, acrescentando que é preciso votar agora para começar já a construir a alternativa.

"O país está desanimado e o modelo democrático em crise", sublinhou. Não obstante, o cabeça de lista deixou uma mensagem de esperança ao afirmar que de todos os partidos que concorrem a estas eleições, o PS é o único assumidamente europeísta e que, nos momentos de crise, é com os socialistas que os portugueses contam para lutar contra o desânimo e a desconfiança.

"Queremos uma Europa em que primeiro estejam as pessoas", afirmou. Mas para isso — disse — é preciso que este Pacto de Estabilidade seja revisto, já que mantê-lo tal como está, como pretende o Governo, "é um acto de masoquismo que só prejudica as pessoas". Na sua opinião, o país precisa de políticas que relancem o emprego, a justiça e a solidariedade, porque o que está a avançar "é a tirania do mercado cego, que desmantela o Estado social". Defendeu também uma Europa que aplique a Estratégia de Lisboa,

de forma a que haja em todos os Estados-membros, a começar por Portugal, um crescimento assente na qualificação das pessoas, na meta do pleno emprego, no investimento na ciência e tecnologia, na educação e na inclusão social.

"Queremos que o 13 de Junho seja a festa de Portugal, da Europa e do PS", concluiu.

Contra os insultos

Um dia depois, reagindo aos insultos de dirigentes da coligação, Sousa Franco recusou "baixar a esse plano". "As coisas que Paulo Portas tem dito só teriam resposta no plano em que ele o colocou", disse o cabeça de lista socialista, que acusou o ministro de Estado e da Defesa de desrespeitar o povo português e de pretender tornar a campanha eleitoral uma troca de insultos.

"Nós, no PS, não vamos por esse caminho, porque só insulta quem não tem argumentos e não tem razões. O CDS-PP só tem uma ideia sobre a Europa, que é estragar a Europa, começando por estragar esta campanha eleitoral", disse, acusando Durão Barroso de alinhar pelo mesmo diapasão de Paulo Portas.

PP

ANTÓNIO COSTA

MINISTRO DAS "VACAS LOUCAS" REGRESSA AO GOVERNO

"Em cada remodelação que o Governo faz, lá vem mais um ministro do passado", lembrou António Costa no comício de Lisboa, referindo-se agora ao novo responsável pela pasta do Ambiente, Arlindo Cunha. E não se coibiu de recordar que o então ministro da Agricultura durante o cavaquismo foi o principal responsável pela ocultação da doença das "vacas loucas", com consequências tão graves para a saúde pública e para a economia. O ex-líder parlamentar do PS reagiu assim às constantes acusações da direita sobre a governação do PS "que, aliás, muito honra os socialistas" e que demonstram por parte da coligação uma grande falta de imaginação.

Sobre o passado, Costa fez o elogio de Sousa Franco, "que foi o pai do euro e o ministro do rigor e da disciplina orçamental e não da recessão e do desemprego". No tempo de Sousa Franco, havia consciência social, a noção clara das prioridades, com investimento na educação, aumentos do salário mínimo nacional sempre acima da inflação e foi criado o Rendimento Mínimo Garantido, enquanto o desemprego baixou para níveis históricos, tornando-se dos mais reduzidos da União Europeia, afirmou. "Agora não há rigor nem disciplina, mas sim truques e manigâncias e uma vida dura para todos os portugueses", afirmou. O número dois da lista ao PE fez uma intervenção muito contundente particula-

mente dirigida ao Governo, afirmando-se estupefacto por "o Congresso do PSD se ter tornado uma campanha de insultos", sem a manifestação de qualquer preocupação com a situação grave que o país atravessa. "As políticas do Governo revelam desprezo pelos portugueses, como ficou evidenciado no último congresso do PSD", acusou. Segundo afirmou, num momento em que há tanto desemprego, desconfiança e desânimo, não se compreende que o partido do Governo não mostre um único sinal de preocupação pelos problemas dos portugueses. A terminar a sua intervenção, disse que o único voto capaz de derrotar a direita é no PS.

GOVERNO PROMENTE AOS PORTUGUESES

O comportamento do Governo de prometer e não cumprir deu origem à criação de um novo verbo: *promentir*, uma fusão de 'prometer' e 'mentir'. A nova forma verbal foi imaginada pelo secretário geral do PS, Ferro Rodrigues, por retratar de forma fiel a realidade governativa.

"Promentiram e abusaram da confiança dos portugueses na economia, na saúde, na Administração Pública e ao violarem as regras de direitos internacional na guerra no Iraque", acusou o secretário-geral do PS.

Ferro Rodrigues considerou "um insulto a toda a administração pública o salário de mais de 23.000 euros que o director-geral das Contribuições e Impostos vai receber, quando todos os funcionários públicos têm os salários congelados ou estão em perda".

Numa intervenção fortemente crítica para com o Governo de direita, Ferro Rodrigues falou dos desafios que esperam a União e Portugal, designadamente o funcionamento da União a 25, a adopção de uma Constituição e a decisão sobre as perspectivas financeiras para o período 2007-2013. Mas também voltou a defender uma alteração do Pacto de Estabilidade e Crescimento, já que, em Portugal, (como na Europa) "não garante nem a estabilidade e muito menos o crescimento". "Resta agora ver o que vai acontecer aos países como o nosso que fazem as maiores manigâncias para que o défice fique abaixo dos 3 por cento", disse.

Para Ferro Rodrigues, as próximas eleições para o Parlamento Europeu são um dia histórico para a Europa, pois pela primeira vez irão às urnas 25 Estados-membros, oito deles saídos recentemente de regimes ditatoriais.

O secretário-geral do PS voltou a apelar à participação de todos nas eleições e para que os socialistas não se fiem nas sondagens que favorecem o PS, na medida em que isso constitui um apelo à abstenção.

O líder socialista não se cansou de apelar à mobilização de todos os socialistas, "porque estas eleições são muito importantes para o futuro do país e da Europa".



NÃO PERDOAMOS ALINHAMENTO NA GUERRA CONTRA O IRAQUE

"Não perdoamos que Durão Barroso tenha posto Portugal a violar o Direito Internacional para alinhar na guerra contra o Iraque", afirmou Ana Gomes no comício de Lisboa, numa intervenção em que estiveram em foco a política externa portuguesa e europeia.

A secretária nacional para as Relações Internacionais do PS exigiu responsabilidades políticas pela violação dos Direitos Humanos no Iraque e acrescentou que o Governo do PSD/PP "envergonha e torna Portugal mais vulnerável".

Na sua opinião, "precisamos de uma Europa forte e que não se deixe arrastar para guerras. Não precisamos de uma Europa e de um Governo, como o português, que vai tragicamente a reboque dos senhores Bush e Aznar". Para Ana Gomes, a Europa precisa de virar à esquerda para que as políticas da União Europeia tenham mais coesão, solidariedade, igualdade de oportunidades e melhor cumprimento da Estratégia de Lisboa, que o Governo de António Guterres colocou no coração dos objectivos de desenvolvimento para todos os Estados-membros.

"O dia 13 de Junho vai ser o princípio do fim da desgovernação em Portugal", afirmou.

Ataque aos jovens

Os jovens foram brutalmente atacados com as políticas deste Governo, acusou, por sua vez, a líder da JS, Jamila Madeira.

Defendendo a necessidade de pôr um travão a estas políticas, a candidata ao Parlamento Europeu disse que a única forma de o fazer é dar o voto ao PS para que seja possível ganhar as eleições para o Parlamento Europeu.

O Governo fez o país entrar numa crise com os despedimentos em massa, havendo mais de 100 mil desempregados jovens.

A economia, a segurança social, o sistema educativo, o serviço nacional de saúde, o património e o associativismo foram destruídos por este Governo acusou a líder da JS.

COMISSÁRIA DO AMBIENTE AGRADECE CRIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE LISBOA

A comissária europeia do Ambiente, Margot Walstrom, numa mensagem enviada ao fórum, agradeceu à presidência portuguesa da União Europeia, que decorreu no primeiro semestre de 2000, e a António Guterres "pela sua liderança eficaz e visionária", que foi capaz de conceber a Estratégia de Lisboa, "uma agenda progressista que reflecte as prioridades dos cidadãos da União Europeia".

Para a comissária, "a visão de uma economia altamente competitiva baseada no conhecimento estava bem alicerçada na ideia de um modelo social europeu, que inclui prosperidade, coesão social e protecção ambiental".

Margot Walstrom considera necessário manter e reforçar "a inspiração progressista da agenda de Lisboa", sobretudo porque receia que esta não seja a perspectiva prevalecente entre aqueles que desviam os seus objectivos para "a competitividade", para a produtividade sem emprego, para o crescimento sem protecção ambiental.

A comissária defende que uma revisão da Estratégia de Lisboa deve ter em vista, em primeiro lugar, a manutenção e o reforço da sua inspiração moderna, progressista e visionária. "Na realidade — afirma — o que se deve rever na Estratégia de Lisboa não são os seus objectivos e o seu espírito, mas os mecanismos e instrumentos para a sua implementação".

ANA GOMES ALERTA

PORTUGAL COM OS PIORES INDICADORES

Em 14 dos indicadores da Estratégia de Lisboa, Portugal situa-se entre os sete mais negativos, sendo mesmo o Estado-membro com pior desempenho em quatro deles. A constatação é feita por Ana Gomes na sua intervenção no fórum "Europa connosco".

Ana Gomes, responsável pelas Relações Internacionais do PS, chamou a atenção para a necessidade absoluta do país evoluir em termos do desempenho escolar, por apresentarmos um enorme atraso em relação a todos os nossos parceiros da União Europeia, incluindo aqueles que agora vão aderir.

"Estamos a falar de uma área básica para que resultem o investimento para incentivar a investigação, o desenvolvimento científico, a inovação e a ligação das universidades ao mundo empresarial", afirmou.

Para Ana Gomes, se a "desastrosa governação da direita" continuar a afastar-nos da União Europeia, estará a tornar mais difíceis as possibilidades de beneficiar dos fundos europeus postos ao serviço da Estratégia de Lisboa. "Se Portugal continua por este caminho, pela mão da direita, a Estratégia de Lisboa pode, perversamente, virar-se contra Lisboa", alertou.

A candidata do PS ao Parlamento Europeu afirma que "há quem invoque a Estratégia de Lisboa em palavras, mas na prática persista na obsessão do défice, que tem por outra face a quebra no crescimento, a regressão económica, o desemprego, o ataque aos direitos sociais dos trabalhadores, o desinvestimento na educação, na saúde, na justiça, na formação e na investigação científica".

Ana Gomes criticou ainda o cabeça de lista da coligação por ter afirmado numa entrevista que o golfe é o petróleo de Portugal. "O petróleo de Portugal são os portugueses", retorquiu, ridicularizando também a frase duvidosa de que os deputados da coligação prometem no Parlamento Europeu "sangue, suor e lágrimas".

PRÓXIMAS INICIATIVAS

O Fórum "Europa é Connosco" tem vindo a realizar um conjunto de importantes debates, nos quais participam sempre candidatos do PS ao Parlamento Europeu e convidados independentes, para discutir questões importantes para a compreensão dos desafios que actualmente vive a União Europeia.

Até ao final da campanha, estão ainda previstos os seguintes debates: **Desenvolvimento das Cidades** — dia 2 de Junho, às 21h30, em Setúbal. Com Edite Estrela e Joel Hasse Ferreira.

Coesão Social e Territorial — dia 3 de Junho, às 19h00, em Lagos. Com Elisa Ferreira, Jamila Madeira e Adriano Pimpão.

O Impacto dos Fundos Comunitários — dia 4 de Junho, às 21h30, em Viana do Castelo. Com Elisa Ferreira.

Europa e Globalização — dia 5 de Junho, às 17h30, em Coimbra. Com Sérgio Sousa Pinto.

A EUROPA É CONNOSCO

GUTERRES DIZ QUE O PAÍS TEM DE ESTAR NO CENTRO DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA



Sousa Franco foi um ministro das Finanças que soube conciliar crescimento económico com coesão social

Portugal não pode ser irrelevante e medíocre no processo de construção europeia. O nosso interesse nacional defende-se estando no centro das decisões, porque só assim poderemos ter um papel no mundo, afirmou o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, numa iniciativa do Fórum "Europa é Connosco" dedicado à Estratégia de Lisboa. O fórum contou com a participação de Sousa Franco, Ana Gomes e do professor universitário Francisco Cordovil e foi moderado pela jornalista Teresa de Sousa. A abrir a sua intervenção, António Guterres fez questão de sublinhar, neste período de pré-campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, a sua solidariedade com o PS e com a "excelente" lista de candidatos encabeçada por Sousa Franco.

O presidente da Internacional Socialista associou a Estratégia de Lisboa à conjuntura política internacional, considerando que se os objectivos que a ela estão associados são importantes para todos os Estados-membros da União Europeia, ainda o são mais para um país como Portugal, que está

atrasado em relação a muitas das metas que nela estão estabelecidas.

Entre essas metas está o emprego, a coesão social, o investimento em ciência e tecnologia e, sobretudo, a capacidade para suprir a grave lacuna que existe na União Europeia de não haver um governo económico que tenha entre os seus objectivos a promoção da coesão social a par do crescimento das economias.

Para António Guterres, o facto de haver níveis diferentes de execução das metas de Lisboa tem sobretudo a ver com o facto de se tratar de um mecanismo que não tem suporte nos Tratados, o que desobriga alguns Estados-membros a cumprir os objectivos traçados. No entanto, devem ser seguidos os bons exemplos que vêm dos países nórdicos em matéria de cumprimento dos objectivos de Lisboa, fazendo com que sejam actualmente os que têm um desenvolvimento sustentado mais sólido, com base na aposta na qualificação das pessoas e no desenvolvimento científico e tecnológico gerador de crescimento, mas sem atentados de

natureza ambiental nem aos direitos sociais dos trabalhadores.

O presidente da Internacional Socialista considerou que, actualmente, não existe uma Europa política a sério, porque a União Europeia está dividida em questões essenciais, "e isso é uma tragédia para o mundo, porque a impede de desempenhar um papel relevante na paz e no equilíbrio da ordem mundial".

Guterres aproveitou também para elogiar o cabeça de lista do PS, Sousa Franco, por ter sido um ministro das Finanças humanista, que soube conciliar crescimento económico com coesão social.

Por outro lado, não hesitou em criticar o posicionamento internacional do Governo de Durão Barroso ao lado dos Estados Unidos na guerra no Iraque, que considerou "uma aventura desastrosa".

"O Governo português é um dos aliados da Administração Bush, mesmo que não lhe seja dado grande importância. Mas essa irrelevância não diminui o peso da responsabilidade", afirmou. **PP.**

SOUSA FRANCO

GOVERNOS DE DIREITA DESVIARAM PRIORIDADE ÀS POLÍTICAS DE COESÃO

O predomínio dos partidos de direita nos governos da Europa levou a que houvesse um desvio das prioridades dadas às políticas de coesão económica e social para a obsessão com défice e com o investimento, afirmou o cabeça de lista do PS ao Parlamento Europeu, Sousa Franco.

Na sua opinião, é necessário, por isso, reestruturar a governação económica na Europa e dotar o Pacto de Estabilidade e Crescimento de mecanismos capazes de gerar crescimento, num contexto de aplicação da Estratégia de Lisboa.

O cabeça de lista do PS considerou que os objectivos da Estratégia de Lisboa estão correctos, mas os meios e

instrumentos para os alcançar foram distorcidos pelos bloqueios das políticas neoliberais.

O cabeça de lista socialista recordou que, durante os Governos do PS, Portugal foi um parceiro credível na União Europeia, porque conseguiu entrar no euro, tornando-o um dos membros do núcleo central. "Hoje, disse, corremos o risco de ser um parceiro mudo e perder o lugar no centro da construção europeia".

Sousa Franco reiterou que os candidatos eleitos do PS para o Parlamento Europeu assumem o compromisso de estabelecer uma ligação efectiva com os portugueses, cumprir o seu papel fiscalizador das políticas europeias e

lutar pela defesa dos interesses nacionais. Disse ainda que, mais do que perguntar à Europa o que pode fazer por nós, devemos também todos nós perguntar o que podemos fazer pela Europa, que nunca tem regateado a expressão máxima da solidariedade com Portugal, como está patente nas avultadas remessas que temos recebido dos Fundos Estruturais desde a nossa adesão, em 1986.

Para Sousa Franco, o Parlamento Europeu tem um importante papel a desempenhar. Segundo afirma, a União Europeia não pode ser reduzida às tomadas de decisão pelos governos nos Conselhos Europeus.

ANTÓNIO COSTA

COLIGAÇÃO DE DIREITA É PURO OPORTUNISMO

A lista da coligação encabeçada por Deus Pinheiro é composta por um partido que se diz europeísta e outro que nasceu para combater a Europa, os quais se separarão a seguir às eleições, um deles para se sentar num pequeno grupo de extrema-direita no hemicycle de Estrasburgo, afirmou o número dois da lista do PS, António Costa, durante uma acção de campanha, em Belém, no domingo, onde esteve acompanhado por Ana Gomes, Edite Estrela e Jamila Madeira.

"Esta é uma coligação de puro oportunismo", disse, acrescentando: "Temos um partido que se diz europeísta, outro que nasceu para combater a Europa e que estão juntos, mas que no dia a seguir às eleições se separam: o PSD irá sentar-se no Grupo do PPE, do qual o PP foi expulso, e o PP irá sentar-se num pequeno grupo de extrema-direita que existe no Parlamento Europeu onde o único partido relevante é um partido neofascista italiano", disse.

Costa acusou também a coligação de direita de não apresentar ideias nem projectos e de existir apenas para "resolver o problema do PSD ter medo de enfrentar sozinho o PS nestas eleições e do CDS/PP ter medo de não



Em vez de insultos, a coligação de direita devia apresentar ideias e projectos

eleger nenhum deputado e precisar de ir à boleia da lista do PSD para colocar dois deputados no tal grupo de extrema-direita ao lado de quem se sentam no Parlamento Europeu".

António Costa respondeu também aos

insultos de Paulo Portas, que acusou Sousa Franco de ser "o pai, a mãe, o avô, a avó, o gato e o periquito do défice", dizendo que as campanhas eleitorais não são um campeonato de insultos e que não ganha quem insulta

mais. "Ganha quem tem razão, quem tem ideias e quem consegue transmiti-las ao país", sublinhou.

Da parte da manhã, também com Sérgio Sousa Pinto, os candidatos estiveram na Feira do Relógio, em Lisboa, para

contactar com as pessoas e distribuir material de campanha.

Coligação continua com insultos

Entretanto, no dia 31, António Costa voltou a acusar a coligação de ter perdido a civilidade e continuar a sua campanha de insultos. Costa considerou as declarações de candidatos e dirigentes da coligação "profundamente lamentáveis".

"Ainda ontem, já depois do professor Deus Pinheiro ter dito que aceitava o pacto de boa civilidade que tinha sido proposto, a verdade é que vimos candidatos da coligação ou dirigentes do PSD fazerem novas declarações profundamente lamentáveis de deselegância e de incorrecção relativamente ao professor Sousa Franco", disse.

Por outro lado, numa visita a duas unidades industriais, a Cimpor e a Sain-Gobain, António Costa aconselhou os adversários do PS a pronunciar-se sobre as questões europeias e sobre as propostas que cada um apresenta para a Europa. Na comitiva estavam também Sousa Franco, Ana Gomes e Sérgio Sousa Pinto.

TREZENTOS NOMES NA COMISSÃO DE HONRA DE APOIO À LISTA DE CANDIDATOS

O constitucionalista Vital Moreira, a economista Teodora Cardoso, a ex-bastonária da Ordem dos Advogados, Maria de Jesus Serra Lopes, o docente universitário Sérvulo Correia, são alguns dos 300 apoiantes que figuram na comissão de honra da lista europeia do PS que ontem foi apresentada em Lisboa,

durante um jantar. Sérvulo Correia, catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e ex-militante do PSD ou Rui Vieira Nery, ex-secretário de Estado da Cultura de Manuel Maria Carrilho e conceituado musicólogo, são alguns dos nomes relevantes da lista, ambos relativamente afastados da vida política nos

últimos tempos, tendo agora aceite voltado a dar o seu nome pelo Partido Socialista. Referência ainda para nomes como os dos economistas Silva Lopes e Campos e Cunha, do jornalista Mário Mesquita, dos investigadores Sobrinho Simões e António Costa Pinto e do músico Fernando Tordo.

BAIXO ALENTEJO PEDE DEFESA DOS SEUS INTERESSES NA EUROPA

Sousa Franco, Capoulas Santos e Paulo Pisco foram os candidatos ao Parlamento Europeu que participaram na festa do Partido Socialista do Baixo Alentejo, este ano realizada em Odemira. Presentes estiveram também o mandatário distrital Nelson Berjano, o presidente da Federação do Baixo Alentejo, Luís Ameixa, e inúmeros presidentes de câmara, destacando-se o anfitrião, António Camilo.

Numa festa bastante participada e com o partido mobilizado, os militantes e simpatizantes do PS responderam com entusiasmo às intervenções dos oradores. Sousa Franco salientou a importância da União Europeia para os investimentos

no Alentejo, o mais relevante deles a barragem de Alqueva, cuja construção foi decidida durante o primeiro governo do PS, liderado por António Guterres. O cabeçade lista do PS acusou o Governo de ter lançado o país na mais grave crise económica e social dos últimos 30 anos e reafirmou o compromisso de todos os deputados de lutar por Portugal e pelas suas regiões na Europa e manter uma ligação aos portugueses para contribuir para a resolução dos seus problemas. Capoulas Santos desafiou o Governo a adoptar a regionalização das ajudas para a agricultura, já que sobre esta recente decisão comunitária crucial para uma distribuição mais justa, o Governo tem

mantido um enorme silêncio. Por sua vez, Paulo Pisco criticou o Governo por não ter estratégia para o Baixo Alentejo, designadamente através da utilização dos Fundos Estruturais, sobretudo nas áreas que agora são mais relevantes para o desenvolvimento, como a sociedade de informação e o investimento em ciência e tecnologia. Nelson Berjano chamou a atenção para as dificuldades das regiões do interior e pediu aos candidatos para lutarem pelo Baixo Alentejo. Luís Ameixa fez a defesa do Baixo Alentejo e alertou para alguns dos desafios que actualmente a União Europeia enfrenta.

JS EM CAMPANHA

ATREVE-TE A SER EUROPEU

"Atreve-te a ser europeu", é o slogan que a Juventude Socialista vai utilizar em cartazes durante a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, apelando assim ao voto dos jovens no dia 13 de Junho.

A secretária-geral da JS, Jamila Madeira, que está em 11º lugar na lista de candidatos, disse que os jovens socialistas participarão activamente na campanha do Partido Socialista para o Parlamento Europeu, acompanhando a caravana do cabeçade lista, Sousa Franco e estando presente ao seu lado na maioria das iniciativas, nomeadamente no comício de abertura, no dia 29, no Parque das Nações e no arraial de encerramento, no dia 11 de Junho, também em Lisboa. A secretária-geral da JS referiu que os cartazes, que estão nas ruas desde a passada quinta-feira, constituem um apelo ao voto da população mais europeia que temos, os jovens, que cresceram já com Portugal integrado na União Europeia.

A JS terá também "t-shirts" que apelam expressamente à participação eleitoral, com a frase "Atreve-te, vota".

No dia da final da Liga Campeões em que o Porto saiu vitorioso frente ao Mónaco, os jovens socialistas realizaram, a seguir ao encontro, uma acção de rua até de madrugada nos bares de Oeiras, para apelarem ao voto dos jovens do concelho.



ANA GOMES AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

UM COMPROMISSO COM OS PORTUGUESES PARA UMA EUROPA COM MAIS OPORTUNIDADES

O compromisso dos candidatos do PS ao Parlamento Europeu é o de defender uma Europa progressista que aposte nas pessoas, aprofunde o modelo social, crie oportunidades para os jovens e apoie o ensino e a investigação científica e tecnológica, afirmou Ana Gomes em entrevista ao "Acção Socialista". Para a candidata ao Parlamento Europeu, as questões nacionais e as europeias são duas faces da mesma moeda. Segundo a responsável pelas Relações Internacionais do PS, "a coligação de direita está claramente empenhada em desvalorizar estas eleições e aposta tudo na abstenção". Para combater a abstenção e vencer os nossos adversários, "precisamos de mobilizar todos os militantes para que repercutam junto dos cidadãos a alternativa à política de desgovernação da direita que o PS efectivamente oferece", apela.



Quais as características que considera mais importantes na lista apresentada pelo PS às eleições europeias?

A competência e capacidades dos candidatos nas diversas áreas de intervenção no Parlamento Europeu. Capacidade de se relacionarem com outros deputados europeus, de estabelecerem alianças para defender os interesses portugueses e o projecto de Europa progressista em que apostamos. E também determinação para se articularem com a direcção nacional do partido, com o grupo parlamentar na AR e para estarem atentos aos problemas dos eleitores, nomeadamente através de contactos regulares.

Que comentário lhe oferece o facto do PS ser o único partido convictamente europeu que concorre às eleições de 13 de Junho?

De facto, o PS é o único partido convictamente pró-europeu. Vai procurar no Parlamento Europeu defender os interesses dos portugueses para que Portugal volte a convergir, e convirja cada vez mais, com os seus parceiros europeus. Mas também vai defender o modelo de Europa que mais serve Portugal e mais serve a própria Europa, com crescimento, competitividade e justiça social. E também que serve a afirmação política da Europa globalmente, para que a Europa faça a diferença por um mundo mais justo, melhor.

Quais os principais compromissos que os candidatos do PS assumem para com os portugueses?

O compromisso de defender uma Europa

progressista que se aplique realmente na Estratégia de Lisboa, que aposte nas pessoas. Por isso defendemos que se invistam recursos sobretudo na educação, na formação, na qualificação dos portugueses para Portugal estar apto para competir neste mundo globalizado assente no domínio da informação e do conhecimento. Uma Europa que saiba adaptar o modelo social europeu, para melhor o defender, desenvolvendo uma governação económica centrada no crescimento e no emprego, que crie oportunidades para os jovens, que apoie o ensino e a investigação científica e tecnológica e que procure incentivar a articulação entre as universidades com as empresas para que a economia europeia - e a economia portuguesa - se tornem competitivas e motores do progresso global.

O compromisso de trabalhar por uma Europa que mantenha a solidariedade e a coesão como valores centrais do seu projecto. Que, valorizando a identidade de cada região, ajude a combater as consequências da ultraperifericidade, da interioridade, ou do difícil acesso. Uma Europa que aumente e reformule o seu orçamento, para que as perspectivas financeiras para 2007-2013 ajudem decisivamente as regiões e populações que mais precisam para acompanhar o nível médio. Uma Europa que reforme estruturalmente a PAC, na lógica de fomentar realmente o desenvolvimento rural na Europa e incentivar um comércio mundial mais justo.

O compromisso de trabalhar por uma Europa que aprofunde a integração entre os Estados-membros, consolidando o espaço de liberdade, justiça e segurança

entre eles, lutando inteligentemente - o que implica não ceder nos valores e princípios dos direitos humanos - contra a ameaça que constitui o terrorismo internacional. O que também implica atacar inteligentemente as causas profundas do terrorismo, prevenindo e regulando conflitos através da via multilateral, apostando no reforço do direito internacional e da ONU, promovendo a reforma desta organização.

O compromisso de trabalhar por uma Europa que tenha um papel decisivo na eliminação da pobreza e de pandemias como a malária ou a sida, de consequências devastadoras para a Humanidade. Uma Europa que não se deixe dividir e não hesite em afirmar-se politicamente no mundo, pela paz, pela justiça, pelos direitos humanos e pelo desenvolvimento para todos os povos. Para isso a Europa precisa investir em capacidades militares autónomas que tornem credível uma Política Externa e de Segurança Comum que habilite a ter, efectivamente, um papel decisivo na regulação de conflitos e na regulação da globalização.

E quais são as principais mensagens que os candidatos socialistas devem fazer chegar aos eleitores?

A de que os deputados socialistas ao PE «não vão para a Europa»: *estamos na Europa*, seja Freixo de Espada à Cinta, Tavira, Lisboa, Porto. Os deputados socialistas não-de ir e vir a Bruxelas e Estrasburgo e comprometem-se a estar em regular contacto com os eleitores portugueses, próximos dos seus problemas e dos problemas das regiões

Nós trabalharemos para que através do PSE as perspectivas portuguesas tenham eco amplificado na União Europeia

portuguesas: só assim poderão cumprir eficazmente o seu papel no Parlamento Europeu.

Ao contrário da coligação da direita que verá os seus deputados distribuídos por duas famílias políticas diferentes, qual a importância de ter no PE um grupo forte e coeso, organizado em torno do mesmo grupo parlamentar?

É muito importante estarmos integrados no Partido Socialista Europeu, porque nós sozinhos não podemos ter conseguido tornar uma realidade a Europa progressista que queremos, uma Europa que melhor sirva a Portugal e ao mundo. Precisamos de nos articular com os outros europeus, em especial aqueles que partilham a mesma ideologia que nós e com quem estamos organizados no Partido Socialista Europeu. Nós trabalharemos para que através do PSE as perspectivas portuguesas tenham eco amplificado na UE, procuraremos

também assim exercer máxima influência sobre a agenda europeia globalmente. Ainda recentemente o demonstrámos, ao pôr todos os partidos do PSE a afirmar, através do Manifesto Eleitoral do PSE para 13 de Junho, a necessidade de ser revisto o Pacto de Estabilidade e Crescimento. E temos muita confiança no novo presidente do PSE, o nosso amigo Poul Nyrup Rasmussen, ex- primeiro-ministro da Dinamarca, que esteve na nossa Convenção Europeia em Fevereiro passado. Temos muito orgulho em ter contribuído decisivamente para a eleição dele em Abril último.

Os grandes temas europeus não têm passado um pouco à margem da campanha?

Da nossa não. Os candidatos socialistas andam há dois meses pelo país inteiro em sessões de esclarecimento. Temos andado a discutir as questões europeias com os cidadãos portugueses, socialistas e não só. É a mostrar que, justamente, as políticas europeias são também questões da governação nacional e vice-versa. Não há separação entre elas. Mas, não tenho dúvidas que os nossos adversários da coligação de direita têm procurado desvalorizar estas eleições e uma forma de o fazer é jogar na abstenção, alhear os cidadãos, aliená-los e fazê-los desinteressados em relação ao que está em causa. Nós, pelo contrário, queremos informar e interessar os cidadãos para que eles votem em consciência e percebam que votar PS faz toda a diferença: é votar por um Portugal e uma Europa melhor governados.

UESES TUNIDADES

Daí a necessidade também de centrar o discurso político nas questões nacionais?

Exactamente. As questões nacionais e as europeias são as duas faces da mesma moeda. A governação nacional e a governação europeia estão interligadas, são indissociáveis. Temos hoje uma Europa dominada por governos de ideologia neoliberal, como o do dr. Durão Barroso, com muita retórica sobre Estratégia de Lisboa, mas pouca aplicação prática. E é por isso que esta Europa está avariada, não funciona e os cidadãos se sentem cada vez mais distantes dela. Nós precisamos de mudar este curso, de fazer com que haja de novo uma Europa liderada por correntes progressistas e com políticas e objectivos progressistas. Por isso também é muito importante a vitória do PS em Portugal, nestas eleições e nas seguintes, paras as autárquicas, presidenciais e legislativas. Será um ciclo novo que abriremos a 13 de Junho. Para Portugal e para a Europa.

No quadro de uma Europa a 25, a adopção do novo texto constitucional torna-se mais difícil ou não? Em todo o caso, considera que é possível um consenso até ao final do ano sobre a Constituição europeia?

Veremos se no quadro de uma Europa a 25 se torna mais difícil. Na verdade, um dos principais obstáculos não estava nos 25, estava já nos 15 como agora se vê com a viragem de Tony Blair pelo referendo. Antes as reservas britânicas (e também do Sr. Chiriac) estavam encapotadas atrás da Espanha e da Polónia. Eu espero que o processo negocial não se bloqueie de novo em Junho, porque precisamos que a União Europeia liberta desta questão da Constituição que, em última análise, deveria sobretudo facilitar o processo decisório a 25 na União. Esta Constituição não será a Bíblia. É um instrumento que deve ser agora aprovado para facilitar a vida da própria União e que poderá ser sempre modificado como foram os anteriores tratados, consoante as necessidades de aprofundamento do processo europeu e de entendimento entre os países membros.

Qual é a sua expectativa em relação ao trabalho que pode desenvolver no âmbito da influência concreta do Parlamento Europeu?
É difícil antecipar todas as áreas em que poderei ser chamada a actuar. Mas há áreas que tenciono privilegiar e que têm a ver com as próprias capacidades e experiências profissionais que tenho, como diplomata de carreira e cidadã empenhada no respeito pelos direitos humanos. A minha principal preocupação é estar próxima dos eleitores

portugueses. É perceber quais são as questões que em cada dia mais importam aos portugueses, às nossas regiões. E saber defender adequadamente as posições nacionais, integrando-as na construção de uma Europa de progresso e justiça para todos os europeus, mas também para o resto do mundo. Além da fiscalização da Comissão, o Parlamento Europeu tem crescentes poderes de co-decisão juntamente com o Conselho de Ministros. Nesse sentido, tencionarei exercer todos os poderes e influências que estiverem ao meu alcance, a tanto me ajudem as minhas capacidades. Tenciono trabalhar intensamente para defender os interesses nacionais e a Europa progressista em que acredito.

Sendo a primeira vez que participa numa disputa eleitoral, como tem vivido o papel de candidata e quais as maiores dificuldades que tem sentido?

Tenho gostado muito. Sobretudo porque todas as acções de campanha implicam um contacto directo com os cidadãos e

As políticas nacionais nos últimos dois anos, sob a direcção desta maioria de direita, são absolutamente desastrosas para Portugal e para a Europa

a discussão das questões da governação europeia e nacional. Os colóquios e os debates têm sido para mim a parte mais estimulante, tenho aprendido muito sobre os problemas do nosso país. Por outro lado, nas acções de rua, nos contactos mais fugazes, tenho podido recolher grande receptividade às nossas propostas, o que me leva a crer que os portugueses estão despertos e vão aproveitar utilmente este acto eleitoral.

Qual o balanço que faz da pré-campanha?

É muito positivo. Tenho estado em várias acções de campanha de norte ao sul do país, nas zonas interiores e aqui em Lisboa e arredores, e tenho visto uma grande receptividade e sobretudo uma grande vontade dos nossos militantes em discutir política. Política para Portugal e política para a Europa. Discutir as questões da Europa e as da governação portuguesa, porque, como já referi, são as duas faces da mesma

moeda. Tem sido muito interessante debater com inúmeros cidadãos todas estas questões. Tenho tido particular prazer em participar nas acções organizadas pelo Departamento de Mulheres Socialistas que, neste contexto, têm tido uma acção notável para estimular a participação das mulheres nas actividades do partido e na intervenção política em geral. Para mim tem sido muito enriquecedor, porque não só me tem proporcionado um contacto com o país que eu, tendo vivido muitos anos fora, não tinha, como também me ajuda a compreender os principais problemas que as diferentes regiões experimentam e também as percepções que têm os nossos cidadãos. É muito importante para mim, para o meu trabalho actual e futuro, manter esta relação de proximidade com os eleitores.

Que análise faz do desenrolar da campanha dos nossos adversários e, particularmente, a da coligação?

A coligação de direita está claramente empenhada em desvalorizar estas eleições. Possivelmente porque já antecipa um desaire. E, portanto, aposta tudo na abstenção. Aposta tudo em alhear os cidadãos. É por isso que escolhe e faz uma campanha assente em *slogans* futebolísticos e não sai deles. E agora recorre até aos insultos. Nada no seu discurso encoraja os cidadãos a discutir as questões europeias como um contraponto do outro lado da governação europeia. Na minha perspectiva elas são indissociáveis. Portanto, ao discutirmos as questões europeias temos necessariamente que formular um julgamento sobre as políticas nacionais. E as políticas nacionais nos últimos dois anos, sob a direcção desta maioria de direita, são absolutamente desastrosas para Portugal e para a Europa.

O que é ainda possível fazer para combater esse grande inimigo chamado abstenção?

Tudo o que estiver ao nosso alcance para esclarecer os cidadãos. Naturalmente que o papel dos *media* é muito importante, mas não só. Penso que todos os candidatos do PS estão disponíveis e empenhados para andar pelo país todo a discutir estas questões. Com os nossos militantes e com os eleitores. Precisamos que todos os nossos militantes se mobilizem para que repercutam junto dos cidadãos a alternativa à política de desgovernação da direita que o PS efectivamente oferece.

O que é para o PS um bom resultado eleitoral?

É ganhar à coligação de direita e, se possível, apesar das condições extremamente adversas, fazer diminuir a abstenção.



Pelourinho da República

“É fácil pagar em Portugal para pôr uma bomba”

Martin Kallen (director da UEFA)
Expresso, 29 de Maio

“Esta vitória é um importante estímulo para a nossa autoestima que anda necessitada. Se quisesse fazer humor, diria que isto é bom para a retoma...”
Jorge Sampaio

Revista Extra do *Expresso*
29 de Maio

“Quase todo o trabalho do Euro, exceptuando a construção dos estádios, foi feito pelo actual Executivo”

José Luís Arnaut
Público, 21 de Maio

“O PSD não deve desistir de lutar por uma maioria absoluta sozinho”

Dias Loureiro
Expresso, 29 de Maio

“UDP e PSR já eram europeístas”

Miguel Portas
Idem

“Se eu dissesse alguma coisa, podia ser o beijo da morte”

Romano Prodi sobre António Vitorino
Expresso, 22 de Maio

“Se houver justiça neste país, Santana Lopes ficará impedido até de colar cromos numa caderneta até ao final do mandato”

Ricardo Araújo Pereira sobre os cartazes da Câmara de Lisboa
O Inimigo Público, 21 de Maio

“Vai p'ra Figueira!”

Anónimo a Santana Lopes
Público Local, 21 de Maio

PAULO CASACA

PSD/PP ENTRA EM CONTRADIÇÃO NAS QUOTAS DE LEITE PARA OS AÇORES

O candidato dos Açores na lista do PS às europeias, Paulo Casaca, acusou o líder do PSD do arquipélago de apresentar "contradições" na sua posição sobre a quota de produção de leite para as ilhas e defende o aumento do limite máximo de produção.

Segundo Paulo Casaca, actualmente eurodeputado, o acordo de coligação assinado entre os dirigentes do PSD e o CDS/PP na região para as eleições ao Parlamento Europeu defende a "salvaguarda da quota leiteira dos Açores" na actual quantidade.

No entanto, o candidato socialista afirma que o líder do PSD local, Vítor Cruz, anunciou que "está a trabalhar numa base de argumentação para negociar com a União Europeia um aumento do limite máximo de produção de leite para o arquipélago.

Perante o que considerou novas contradições, Paulo Casaca questiona se "os açorianos podem dar como nulo o acordo de coligação" que os dois partidos distribuíram aos eleitores dos Açores.



CONFERÊNCIAS SOBRE A EUROPA

LEMBRAR AS DIFICULDADES DE TRÁS-OS-MONTES

Mondim de Basto e Valpaços foram dois dos concelhos onde se realizaram iniciativas diversas integradas no ciclo de conferências sobre a Europa, organizado pela Federação Distrital do Partido Socialista de Vila Real, em que intervieram, entre outros, os candidatos Ana Gomes e António Martinho, e os deputados Ascenso Simões e Alberto Martins e em que os temas recorrentes foram as dificuldades de Trás-os-Montes e alto Douro.

Em Mondim de Basto, Ana Gomes chamou a atenção para a importância das eleições para o Parlamento Europeu e para o momento que actualmente vive a União Europeia. "Neste momento, está em debate a defesa do modelo da Europa que é melhor para nós, portugueses, para nós europeus, para o próprio mundo", disse.

Coube ao candidato António Martinho encerrar este com um apelo ao envolvimento de todos nesta campanha, incitando os presentes a transmitir aos amigos o que ouviram sobre a temática destas eleições.

Já em Valpaços, António Martinho lembrou que, nas questões agrícolas, em Bruxelas, o actual Governo se tem esquecido das realidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, pois não tem defendido apoios a produtos que são muito importantes para Valpaços, como os frutos secos, a vitivinicultura ou a olivicultura.



CANDIDATOS SOCIALISTAS BEM RECEBIDOS NAS RUAS DE LISBOA

"Sousa Franco anda há muitos anos na política e as pessoas vêem nele alguém que, enquanto ministro das Finanças, entre 1995 e 1999, deu uma boa vida aos portugueses", afirmou Jorge Coelho, segunda-feira, durante uma acção de campanha eleitoral do PS nas ruas de Lisboa.

Franco e Coelho não pouparam elogios mútuos. Depois de Coelho ter dito que aprende sempre muito com Sousa Franco, este retorquiu a amabilidade dizendo "sempre tive uma grande admiração por Jorge Coelho".

Além de Sousa Franco e Jorge Coelho estiveram também os candidatos Sérgio Sousa Pinto e António Costa, e os deputados Manuel Maria Carrilho, José Sócrates e Miguel Coelho, numa acção que revelou uma enorme receptividade para os socialistas que iam distribuindo rosas, folhetos e canetas.

A comitiva socialista andou pelas ruas Almirante Reis, Morais Soares, sendo sempre recebida com simpatia pelos populares.

A comitiva socialista andou pelas ruas Almirante Reis, Morais Soares, sendo sempre recebida com simpatia pelos populares.

A comitiva socialista andou pelas ruas Almirante Reis, Morais Soares, sendo sempre recebida com simpatia pelos populares.

A comitiva socialista andou pelas ruas Almirante Reis, Morais Soares, sendo sempre recebida com simpatia pelos populares.



final do percurso, Jorge Coelho concluiu que, pelas reacções dos populares, "as coisas estão muito más para o Governo". "Não há uma única pessoa a dizer que as coisas estão bem", referiu.

Ao ouvir as palavras de Jorge Coelho, uma senhora idosa não resistiu a reforçar

aquilo que ele dissera, afirmando: "Estão uns cães raivosos no Governo. Mas vocês do PS têm de ter mais conversa". Referência ainda para o facto de estar marcado para o próximo dia 11, sexta-feira uma campanha de rua em Lisboa com os candidatos do PS.

FERRO RODRIGUES

NÃO PODEMOS IR ATRÁS DAS SONDAGENS

Os socialistas não devem deixar-se levar pelas sondagens que são favoráveis ao PS. Esta foi uma das principais mensagens do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no último encontro com os candidatos da lista ao Parlamento Europeu antes do início da campanha. A abstenção foi considerado um dos principais adversários do PS, pelo que os candidatos e a organização de campanha tudo farão para motivar os portugueses a irem votar no dia 13 de Junho. Assim, é fundamental reforçar o

relacionamento dos candidatos com as populações com acções de rua e com uma atitude pedagógica que permita aos portugueses compreenderem a importância do seu voto no dia 13.

O contributo dos autarcas, tanto das freguesias como dos municípios, foi considerada muito importante para mobilizar o eleitorado, dado a facilidade de contactos que têm com os municípios.

Com efeito, os partidos da maioria têm feito tudo o que está ao seu alcance para

desvalorizar estas eleições, de forma a que uma derrota não os penalize aos olhos da opinião pública. Depois da maioria ter recusado o prolongamento da abertura das urnas até às 22 horas, o Governo decidiu agora decretar ponte no dia 11, o que tenderá a aumentar ainda mais a abstenção.

Ciente da necessidade de contrariar esta desvalorização, o PS irá reforçar alguns dos seus meios de campanha, de forma a chegar mais intensamente aos portugueses.

FRANCISCO ASSIS DEFENDE REFORÇO DA EURO-REGIÃO NORTE COM A GALIZA

O líder da Federação do Porto, Francisco Assis, e o secretário-geral do PSOE da Galiza, Emilio Touriño, vão apresentar uma proposta na União Europeia para serem alterados os estatutos das euro-regiões, de forma a reforçar a cooperação entre as duas zonas do Noroeste peninsular. Entre os objectivos previstos com esta iniciativa está contribuir para "travar a sangria demográfica do interior, mediante a implantação e reforço dos serviços públicos e uma equilibrada política de desenvolvimento rural". Os representantes dos dois partidos estiveram reunidos em Guimarães, onde emitiram uma declaração com os termos

da proposta, na qual se salienta claramente que o reforço do estatuto da euro-região Norte de Portugal/Galiza vai trazer vantagens.

Segundo o texto da declaração, estas vantagens encontram-se "não só no acesso aos fundos comunitários, mas também no domínio económico, na investigação, na cultura, turismo e nas redes de acessibilidades".

Para dar seguimento a esta proposta, será criada uma Comissão de Trabalho permanente que apresentará propostas concretas no âmbito do Parlamento Europeu e da União Europeia. Através do estreitamento das relações,

os socialistas pretendem "criar um espaço aberto, de ordenamento do território comum, de promoção económica e desenvolvimento das redes de transportes, de energia e telecomunicações, que permitam a integração do tecido produtivo".

Além de Francisco Assis e Emilio Touriño, participaram os candidatos ao Parlamento Europeu Manuel dos Santos, Antolin Presedo e Rocha Miguez e o presidente da Federação do PS de Braga, Mesquita Machado.

No dia 9 de Junho realiza-se no Porto o segundo grande comício da campanha eleitoral do PS.

CONGRESSO DA TENDÊNCIA SINDICAL SOCIALISTA

SINDICALISTAS UNIDOS NA LUTA CONTRA AS POLÍTICAS ANTI-SOCIAIS DO GOVERNO

Os trabalhadores por conta de outrem foram ao longo destes últimos dois anos "particularmente prejudicados" pelas políticas "mediocres" do actual Governo, centradas na "obsessão do défice" e "na destruição dos direitos sociais", afirmou Ferro Rodrigues, no encerramento do Congresso da Tendência Sindical Socialista (TSS), evento que considerou "um marco histórico na organização dos sindicalistas socialistas".

Na sua intervenção perante os delegados ao Congresso, que decorreu na antiga FIL, o secretário-geral do PS criticou as opções económicas do Executivo PSD/PP Sob o pano de fundo de um "ciclo vicioso de recessão", Ferro Rodrigues culpabilizou o Executivo pela "crise de confiança", o "aumento brutal do desemprego", e o "inferno das contas públicas, que só as manigâncias contabilísticas permitem fingir que estamos no purgatório", sob o pano de fundo de um "ciclo vicioso de recessão". "Todas as semanas o Governo mente acerca da actual situação, tentando passar as culpas para os alegados 'excessos' dos anteriores governos socialistas", disse, perguntando em seguida: "É excessivo que em Portugal tenha havido crescimento forte do salário mínimo nacional, que tenha havido uma melhoria a favor dos trabalhadores no rendimento nacional, que tenham sido implantados mínimos sociais como o Rendimento Mínimo Garantido, que tenhamos atingido o quase pleno emprego".

Por tudo isto, concluiu, "os sindicalistas têm todas as razões para ter orgulho dos governos de António Guterres". Ao contrário, apontou, o modelo preconizado pela direita "só funciona com elevadas taxas de desemprego, diminuição do poder reivindicativo dos trabalhadores, no quadro de uma luta de classes invertida, a favor dos mais poderosos, impedindo a concertação social".

Sobre as próximas eleições europeias,

Ferro Rodrigues afirmou que estas constituem "a primeira oportunidade para os portugueses darem um forte aviso ao Governo, ou seja, mostrarem um grande cartão amarelo às políticas mediocres e anti-sociais que têm sido executadas ao longo destes dois anos".

São também uma primeira oportunidade, acrescentou, "para uma grande mobilização de todos os portugueses que não gostaram de ser vítimas de várias mentiras e mistificações".

Modelo anti-social da direita

Por sua vez, o cabeça de lista do PS às eleições europeias, Sousa Franco, no seu discurso na abertura dos trabalhos do Congresso, que decorreu sob o lema "Mais acção sindical, pelo desenvolvimento, contra o desemprego", desferiu também um ataque violento às opções políticas e económicas do actual Governo, centradas no "financismo", no "negocismo", na "obsessão pelo défice" e no "autoritarismo".

Opções que, segundo Sousa Franco, são responsáveis pela "situação terrível" em que o país se encontra, com a anunciada retoma "a ser adiada pelo primeiro-ministro de ano para ano. Agora é em 2006".

Na sua intervenção, o antigo ministro das Finanças sublinhou a importância das próximas eleições de 13 de Junho, já que "é pela Europa que passa a resolução dos problemas sociais de fundo".

Apesar de "toda a gente estar descontente com a actual situação", o cabeça de lista



Em clima de grande unidade, os sindicalistas do PS elegeram nova direcção e aprovaram estatutos e resolução programática

do PS às europeias, sustentou que é necessário "convencer as pessoas da importância deste voto", alertando que "a direita vai continuar a sua campanha de desvalorização das eleições europeias". Sousa Franco apontou a qualificação e o emprego, a concertação e diálogo social, o reforço do modelo social europeu, a competitividade baseada na inovação e o crescimento sustentado como as principais prioridades dos socialistas na Europa, tendo como pano de fundo a aplicação da Estratégia de Lisboa. Em contraponto, acusou a direita de ter um modelo para a Europa centrado na redução do papel regulador do Estado, na desregulação, na competitividade



baseada na redução dos direitos sociais e na redução de impostos para os mais ricos e grandes grupos. E adiantou que é esta a escolha que os portugueses terão de fazer no próximo dia 13 de Junho.

Não se pode desperdiçar votos

Já o dirigente socialista Rui Cunha acusou o Governo de "levar a cabo todos os dias uma política de destruição do nosso ainda frágil Estado Social de Direito", apontando, entre outros exemplos, "os ataques ao rendimento mínimo, aos direitos dos trabalhadores,



ao subsídio de desemprego e às baixas por doença".

Referindo que "vivemos um período extremamente difícil da democracia", realçou a importância das eleições de 13 de Junho, já que "o novo ciclo político que todos desejamos inicia-se com uma vitória do PS nas europeias".

Mas, alertou, "a vitória não está garantida", por isso "não há um único voto que possa ser desperdiçado".

Já João Proença, secretário-geral da TSS, realçou a "importância da junção do movimento sindical socialista neste Congresso, num clima de grande unidade, e que surge num momento muito difícil marcado por uma gravíssima situação económica, social e laboral".

Já considerou que nas próximas eleições europeias, que qualificou de "muito importantes", "os portugueses têm de dar um sinal claro do seu descontentamento com as políticas seguidas nos últimos dois anos".

Por sua vez, Carlos Trindade, coordenador da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, destacou a "unidade" no seio dos sindicalistas do PS, e acusou o actual Governo "de direita e extrema-direita" de estar apostado em "atacar em particular o Estado de bem-estar social".

J. C. CASTELO BRANCO

DURÃO TEME ELEIÇÕES EUROPEIAS

Numa reacção às afirmações do líder do PSD no Congresso de Oliveira de Azeméis, segundo as quais existem "tentativas totalitárias" no Governo socialista dos Açores, Ferro Rodrigues acusou o primeiro-ministro de "uma certa falta de sentido de Estado".

"O presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, foi vítima de qualquer coisa que deve ter sido um erro de geografia. Imaginem o dr. Durão Barroso com o dr. Alberto João Jardim ao lado. Se isto não fosse trágico daria uma enorme vontade de rir", ironizou o secretário-geral do PS, em declarações aos jornalistas no final do Congresso

da Tendência Sindical Socialista.

E acrescentou que "nesta altura, os portugueses estariam à espera que o primeiro-ministro, no Congresso do PSD, se preocupasse com os problemas do país e dos portugueses. Mas mais uma vez fugiu-lhe o pé para a chinela no sentido 'MRPPista' do termo".

Para Ferro Rodrigues, "os ataques que Durão Barroso fez ao PS e ao presidente do Governo Regional dos Açores foram uma demonstração de enorme fraqueza, de medo em relação às eleições europeias", concluindo que "esta cavalgada de insultos é um bom sinal para o PS".

NOVA DIRECÇÃO, NOVOS ESTATUTOS E RESOLUÇÃO PROGRAMÁTICA

Neste Congresso, foram eleitos o secretário-geral, João Proença, e o Secretariado Nacional composto por 26 membros. Também foram aprovados os novos estatutos da TSS, que se organiza tendo por base a Tendência Sindical Socialista da UGT, a Corrente Sindical Socialista da CGTP e as Tendências Sindicais Socialistas dos Sindicatos, no quadro de um sindicalismo autónomo, livre de tutelas partidárias, no respeito pela Declaração de Princípios e pelos Estatutos do PS.

Destaque também neste Congresso para a aprovação de uma Resolução Programática, onde

é salientado o muito que une os sindicalistas socialistas e se faz uma análise da actual situação económica e social.

Neste quadro, a TSS "denuncia a incompetência do Governo PSD/PP que lançou o país numa grave crise económica e social, exige a mudança das políticas, de modo a promover o crescimento e o emprego, compromete-se a lutar contra a desregulação social e pela promoção de políticas que propiciem um melhor emprego e o combate à pobreza e exclusão social, e a lutar pelo pleno emprego, no cumprimento da Estratégia de Lisboa".

PARLAMENTO ABERTO NA SECUNDÁRIA DA AMADORA

MAIS AUTONOMIA
E MELHOR EDUCAÇÃO

As escolas portuguesas não estão preparadas para a revisão curricular prevista para o próximo ano lectivo, advertiu o líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS), que criticou o Ministério da Educação pela forma “confusa e atabalhoada” como gere o sistema de ensino.

António José Seguro, que falava no dia 24 de Maio durante uma acção no âmbito do “Parlamento Aberto” numa escola secundária da Amadora, sustentou que a falta de preparação das escolas resulta de “falta de informação e desconhecimento das reformas curriculares”.

Com esta iniciativa, o PS pretende ir ao encontro dos estudantes das escolas do país para ouvir os problemas e inquietações dos alunos, para posteriormente levar esses problemas a discussão na Assembleia da República.

“Há pouca informação e muito desconhecimento, não só em relação à revisão curricular como também por parte da direcção das escolas que têm um problema grave de dependência excessiva do aparelho do Estado e da administração pública”, disse.

E sublinhou que “qualquer mudança no sistema educativo precisa de tempo, precisa de informação atempada, é preciso mais autonomia das escolas e, sobretudo, é preciso que o ministério da Educação não atrapalhe quem quer mais e melhor educação”, sublinhou António José Seguro.

Naquele que foi o último “Parlamento Aberto” da presente sessão legislativa, a delegação socialista composta por Ana Benavente, Edite Estrela, Ramos Preto, Ana Catarina Mendes, José Leitão, Maria do Carmo Romão, Luís Fagundes Duarte e Cristina Granada constatou a pouca informação e mesmo desconhecimento em relação à nova lei de bases.

Por outro lado, ficou patente a grande preocupação dos agentes educativos em relação ao enfraquecimento da autonomia das escolas.

Os parlamentares socialistas ouviram os alunos queixarem-se da falta de condições daquela escola, uma vez que algumas aulas ainda funcionam em anexos e da boca de uma aluna partiu a sugestão: “Em vez de aulas de educação sexual devia haver um Gabinete de Atendimento Sexual, de forma a preservar a intimidade”.

No final da visita, o líder parlamentar do PS convidou um conjunto de discentes a visitar a Assembleia da República, visita essa que também seria aproveitada para se trocaram opiniões sobre o modelo educativo em Portugal.

LEI DE BASES DA EDUCAÇÃO

ENORME RETROCESSO
NO SISTEMA EDUCATIVO

Com os votos contra do PS e da restante oposição, a maioria parlamentar aprovou, no passado dia 20 de Maio, em votação final global, a nova Lei de Bases da Educação.

Na declaração de voto que apresentou, o PS exprimiu a sua reprovação, tanto mais que esta será a primeira vez na nossa democracia que uma lei estruturante para o sector deixará de representar um consenso alargado na sociedade portuguesa.

“O texto que a maioria parlamentar fez aprovar significará um enorme retrocesso” alertam os socialistas, que na declaração de voto também apontam para os domínios em que se viola a Constituição da República Portuguesa.

“A lei de bases aprovada limitará radicalmente a participação dos professores na gestão das escolas, porque permitirá a designação de não-docentes para dirigi-las; e reduzirá a natureza democrática da gestão, porque deixará cada escola de ter a palavra determinante na escolha da sua direcção, o que vai, aliás, contra o princípio da autonomia”, explicam.

Para o PS é ainda “incompreensível e inaceitável” que a nova lei não contemple uma norma que atribua ao Estado especial responsabilidade na promoção da democratização do ensino, “responsabilidade que decorre também, directamente, da Constituição”, frisam.

DEBATE DE URGÊNCIA SOBRE EMPREGO

NADA SUBSTITUI O DIREITO AO TRABALHO

Para inverter o actual ciclo de desemprego que afecta perto de meio milhão de portugueses, flagelo que coloca em causa a coesão social, o deputado socialista Vieira da Silva defendeu a necessidade de serem adoptadas urgentemente políticas activas de emprego e reforçados os direitos sociais.

“Num momento em que o desemprego atinge os valores que conhecemos é imperioso que os instrumentos de protecção social bem como as medidas de apoio à reinserção sejam valorizados. O contrário do que está a fazer o Governo, por exemplo, no combate à pobreza extrema”, afirmou Vieira da Silva, no decurso do debate de urgência sobre emprego, requerido pelo PS.

Mas, sublinhou, “o essencial é retomar o caminho da criação de empregos, o que exige mais investimento, mais confiança, determinação no apoio aos milhares de PME que asseguram uma parte importante do emprego em Portugal”.

Referindo que “a protecção dos desempregados é um direito e um imperativo social”, o deputado socialista salientou, no entanto, que “nada substitui o direito ao trabalho. E é este que tem de ser favorecido”.

E explicou que “é mais vantajoso apoiar a criação de empregos do que suportar um crescimento da despesa com o desemprego que está a criar graves tensões na Segurança Social”.

Na sua intervenção, Vieira da Silva reafirmou a necessidade de voltar a dinamizar o mercado social de emprego.



“É necessário investir mais num ambicioso programa de estágios que coloque os nossos jovens em contacto com as realidades empresariais, estimulando a sua empregabilidade e rejuvenescendo o tecido empresarial”, disse. E acrescentou que “encontrar os caminhos para combater o desemprego e para promover o emprego é um imperativo de urgência. Para o Governo acabou o tempo das desculpas e está a passar o tempo das respostas”.

Na sua intervenção, Vieira da Silva criticou ainda duramente as propostas do Governo para a revisão do regime de subsídio de desemprego, afirmando que “já se foi longe de mais no corte de direitos sociais, actos sempre escondidos por cortinas de fumo de suspeição de fraude e por enganadoras medidas selectivas de compensação”.

Salientando que “quem fica desempregado entre os 45 e 50 anos é um desempregado muito frágil”, o deputado socialista aproveitou para perguntar ao ministro Bagão Félix como este vai conseguir “explicar a uma trabalhadora têxtil de 48 anos, cuja fábrica, onde trabalhava desde os vinte, encerrou as portas, por que razão o seu subsídio de

desemprego diminui 240 dias?”

No final do debate de urgência sobre emprego, o líder do Grupo Parlamentar do PS, António José Seguro, anunciou a apresentação de um projecto de resolução. Além das medidas de combate à pobreza e à exclusão, o projecto de resolução do PS recomenda ao Governo um “plano prioritário para a inserção de jovens com habilitação escolar de nível superior” no mercado de trabalho e um “programa de combate à fraude e evasão contributiva na área da segurança social”.

António José Seguro adiantou que, “infelizmente, temos de reconhecer que o nosso Governo não esteve à altura, através de medidas de políticas erradas que nós denunciámos, de poder fazer com que este crescimento do desemprego tivesse menos consequências junto dos portugueses”. O líder parlamentar do PS, após responsabilizar o Governo por mais 127 mil desempregados desafiou-o a arranjar uma outra desculpa para além da conjuntura, pois a realidade é que em Portugal o desemprego cresceu cinco vezes mais do que a média comunitária.

J. C. CASTELO BRANCO

GOVERNO DESISTIU DE GOVERNAR

“Este Governo desistiu de ser governo”. A declaração é de Augusto Santos Silva que acusou o Executivo de Durão Barroso de ser “factor de desistência e confusão”, de não ter uma estratégia para Portugal, de “passar as culpas, responder que nada é com ele” e de estar esgotado.

“É evidente o esgotamento do Governo”, afirmou o deputado socialista numa declaração política, no passado dia 20 de Maio, durante o período antes da ordem do dia na Assembleia da República.

Para Santos Silva, ainda a meio do mandato, o Executivo “está politicamente exausto, sem norte nem iniciativa” e “aos maus augúrios do nascimento sucedeu

de imediato uma longa e dolorosa agonia”. As razões, segundo o parlamentar do PS, resultam da evidente “incompatibilidade estrutural entre o Governo de Durão Barroso e alguns dos eixos fundadores de uma democracia europeia e moderna”.

Segundo Augusto Santos Silva, o Governo não gosta de serviço público, nem de modernidade, nem de concertação social, nem de desenvolvimento, nem de direitos sociais, nem de crescimento económico, nem sequer gosta de eficácia, porque “onde quer que [a direita] ocupe o poder, esconde a informação, maquilha as contas, repete os ‘números’, inunda as ruas de propaganda, nem que seja com erros de ortografia”.

Em consequência, aponta, “o país não só vive mais intensamente do que os outros a crise económica – o país sofre um retrocesso em domínios básicos da sua estrutura social”.

Citando o cabeça de lista da coligação de direita ao Parlamento Europeu, o deputado do PS concluiu lembrando que, “em devido tempo”, João de Deus Pinheiro “alertou o seu partido para que ‘quando as lideranças são assentes no vazio em termos programáticos, ou quase, são sempre fortuitas, de navegação à vista, sem consistência, e como eu acredito que os portugueses não são estúpidos, as pessoas apercebem-se disso”.

LÍNGUA GESTUAL DEVE SER MEIO LEGAL DE COMUNICAÇÃO

A língua gestual portuguesa e outros recursos de expressão a ela associados devem ser reconhecidos como meio legal de comunicação e expressão.

Segundo Jamila Madeira, “mais do que uma medida simbólica”, esta iniciativa legislativa visa “proporcionar mais informação aos surdos-mudos portugueses, respeitando o princípio da igualdade

consagrado constitucionalmente”. Na exposição de motivos do diploma em questão, recorda-se que “2003 foi o Ano Europeu das Pessoas Portadoras de Deficiência”. Porém, ressalva, que “é triste verificar que, para além de alguns momentos de mediatismo moderado em nome desta causa, nada foi feito ou analisado em prol da resolução dos milhares de problemas com

que estas pessoas se deparam diariamente”. Os deputados do PS pretendem, com esta iniciativa, dar “força programática” à responsabilidade do Estado para com estes cidadãos”, garantindo “formas institucionalizadas de apoio ao uso e difusão da língua gestual portuguesa” no âmbito da comunicação audiovisual, nas entidades públicas e no sistema educativo.

DEBATE MENSAL COM PM

DURÃO ANUNCIA ROL DE FALSIDADES PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Um "rol de falsidades", foi como o secretário-geral do PS qualificou os anúncios de investimento em ciência feitos pelo primeiro-ministro, Durão Barroso, no debate mensal no Parlamento, alertando que, ao contrário do afirmado, haverá ainda apenas verbas disponíveis para o apoio à investigação científica fundamental.

"As verbas agora anunciadas pelo primeiro-ministro para a ciência resultam apenas da rearrumação do quadro comunitário que foi negociado pelo Governo do PS", afirmou Ferro Rodrigues.

Entre outros aspectos negativos da política científica no nosso país, o secretário-geral do PS referiu-se à paralisação do Programa Ciência Viva, lançado pelo Governo anterior, e à diminuição da ciência e tecnologia nos currículos do ensino secundário.

No debate mensal, Ferro Rodrigues aproveitou também para questionar o primeiro-ministro sobre as mais recentes "trapalhadas" do Governo, a começar pelo adiamento "sine die" da visita oficial ao México. "O primeiro-ministro revela uma falta de responsabilidade ao adiar a sua visita ao México. Além do mais, devia ter confiado mais na hipótese do Futebol Clube do Porto chegar à final da Liga dos Campeões e agora arranhou uma enorme trapalhada", acusou.

Segundo o líder do PS, "ficámos agora a saber que para além do défice de



As verbas para a ciência não passam de falsidades, pois resultam de uma rearrumação do quadro comunitário de apoio negociado com o PS

confiança, do défice de emprego, do défice de políticas sociais, há também um défice de sentido de Estado do primeiro-ministro".

Por outro lado, Ferro Rodrigues criticou também a "contratação milionária" do diretor-geral das Contribuições e Impostos, que considerou "um insulto" aos trabalhadores e quadros da Função Pública, e os "ataques" e "desconsideração" de Durão Barroso em relação ao Governo Regional dos Açores e às forças de segurança.

Ferro Rodrigues quis ainda saber pela boca do primeiro-ministro quem demitiu o

ministro do Ambiente, Amílcar Theias, foi o lóbi da privatização da água ou a Administração das Águas de Portugal. No debate mensal interveio também Manuel Maria Carrilho, que afirmou que o conjunto de medidas referidas por Durão Barroso para a ciência "não passam de uma repetição, pois já vêm sendo anunciadas desde o Conselho de Ministros de Óbidos".

Para o deputado do PS, "o actual Governo é o Governo da desqualificação nacional, seja na ciência, na cultura ou na educação", sublinhando ainda que "não há na comunidade educativa e científica uma

única voz de apoio às medidas anunciadas pelo Governo".

Menos verbas para a ciência

É uma mentira descabelada do Governo que os financiamentos comunitários tenham estado bloqueados entre 2003 e 2004 por causa de "irregularidades" na gestão anterior do Programa Operacional para a Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI). Os auditores de Bruxelas apenas levantaram questões de "ordem meramente procedimental e equivalentes às que se colocam constantemente em relação a muitos outros programas".

Estas afirmações constam de um comunicado do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) em que se desmonta ponto por ponto a demagogia que o Governo decidiu fazer sobre a matéria da ciência e tecnologia, depois de dois anos de total inactividade. "O que bloqueou, meses a fio, a transferência dos fundos comunitários foi a incompetência deste Governo, incapaz de responder em tempo aos esclarecimentos técnicos que lhe foram repetidamente pedidos pela Comissão", acusam os socialistas.

O GP/PS refere, por outro lado, que "são

falsamente apresentadas como investimento em ciência verbas a aplicar em áreas tão distintas quanto equipamentos do ensino superior, formação de funcionários públicos ou a introdução de novas tecnologias no atendimento aos cidadãos". "O dinheiro que ficará disponível para apoio à investigação científica fundamental será ainda mais diminuto", concluem os socialistas.

Os socialistas afirmam ainda ser "falso que este Governo se interesse pela educação científica nas escolas", acrescentando que, pelo contrário, o Executivo Durão/Portas "não só paralisa os projectos de divulgação científica e de cooperação entre universidades, centros de investigação e escolas básicas e secundárias, como aprovou novos currículos para o ensino secundário que diminuem escandalosamente o peso das ciências experimentais". O PS afirma por último ser "uma completa falsidade" dizer-se que este Governo fomenta o investimento privado em investigação e desenvolvimento. Pelo contrário, "este Governo liquidou o sistema de incentivos fiscais ao investimento empresarial em vigor até 2002", adiantando que "a chamada reserva fiscal de investimento não o substitui porque é possível a uma empresa beneficiar da totalidade da reserva sem gastar um só euro em I&D".

J.C.C.B.

FINANÇAS

O VERDADEIRO DÉFICE É O SOCIAL

O relatório sobre a orientação da despesa pública apresentado pelo Ministério das Finanças é "mau" porque as suas políticas resultam na recessão económica, conduzem ao aumento do desemprego, não permite a efectiva consolidação orçamental e degrada o tecido empresarial. A opinião é de Joel Hasse Ferreira e foi proferida no debate do passado dia 26 de Maio, na Assembleia da República, onde também alertou para o descontentamento social cada vez maior.

"Não há optimismo que resista, excepto o daqueles que confiamos em que o povo português, mais cedo do que tarde, saberá expressar eficazmente o seu descontentamento", disse.

Depois de criticar o Governo por este não ter dado, em sua opinião, ouvidos às recomendações dos ministros das Finanças da Grã-Bretanha, França e Alemanha, no sentido de implementar políticas económicas que garantam um crescimento forte e sustentável, Joel Hasse Ferreira responsabilizou Bagão Félix pela "infelicidade e desinserção social de milhares de trabalhadores".

Segundo o deputado do PS, o relatório do Ministério das Finanças confirma que o PIDDAC está a baixar, "o que julgamos negativo para a dinamização da economia".

Numa referência às previsões da Primavera do Eurostat, Joel Hasse Ferreira apontou para o facto de em 2004, com o actual Governo, se ter perdido o impulso das obras e outros investimentos lançados pelo Executivo de Guterres, o défice voltar a ser superior ao investimento público, o que compromete o caminho para o desenvolvimento.

Para o parlamentar socialista, a tutela obedece a "um falso critério do défice", falsificado na sua aplicação.

Reforçando a ideia defendida por António José Seguro, Joel Hasse sublinhou: "O verdadeiro, o importante défice, é o défice social. Isso, o actual Governo não entende". Mas este debate parlamentar ficou manchado por um lamentável incidente entre Manuela Ferreira Leite e Eduardo Cabrita.

Usando uma linguagem completamente imprópria para a Assembleia da República, a ministra das Finanças, em resposta a um conjunto de perguntas feitas pelo deputado do PS e sem responder a nenhuma das questões levantadas, preferiu o ataque pessoal e o insulto que ferem a dignidade parlamentar no seu todo, em vez de dar as explicações que lhe competiam.

Não é aceitável que Ferreira Leite tente enxovalhar o bom nome dos deputados

como o fez em relação a Eduardo Cabrita, a quem entre outros "mimos" acusou de "não fazer o trabalho de casa" e de "não merecer o ordenado que ganha".

Se calhar, para a ministra das Finanças, só mesmo o escandaloso ordenado que vai pagar ao novo diretor-geral dos Impostos é que é merecido!

Razão têm, pois, os candidatos socialistas ao Parlamento Europeu que, face à escalada verbal da direita, propuseram um pacto de não agressão no campeonato dos insultos.

Entretanto, por iniciativa da bancada socialista, a próxima conferência de líderes parlamentares irá debater o infeliz episódio dos insultos de Manuela Ferreira Leite a Eduardo Cabrita. Pois, segundo António José Seguro, "um ataque a um deputado é um ataque ao Parlamento" e frisou a necessidade de salvaguardar "o relacionamento entre o Governo e a AR, pois trata-se de dois órgãos de soberania". Seguro afirmou mesmo: "Um membro do Governo não deve e não pode vir aqui responder insultuosamente, tanto mais que é a Assembleia que fiscaliza o Governo." Por último, advertiu que este tipo de episódios são reproduzidos pelos noticiários e "contribuem também para a descrédibilização da classe política".

VIEIRA DA SILVA ALERTA

ECONOMIA AOS NÍVEIS DE 1998

Vieira da Silva responsabiliza o Executivo de Durão Barroso pela "mais profunda e prolongada recessão dos últimos 20 anos" da história de Portugal. Numa intervenção proferida no passado dia 19 de Maio, na Assembleia da República, o deputado socialista alertou para o facto de "em 2006, pelo caminho encetado pela direita no poder, a riqueza por pessoa, em termos relativos, regredir aos níveis de 1998", num recuo efectivo de oito anos.

"O Governo, enquanto vai empurrando para a frente a data da retoma, empurra para trás a economia, à espera das exportações", lamentou, acusando a tutela de "demissão e incompetência", bem como de incapacidade para promover o relançamento económico do País, "assistindo impotente ao crescimento do desemprego e ao alastrar da crise social".

Criticando a opacidade do Executivo azul/laranja na revelação das estatísticas menos favoráveis, Vieira da Silva sublinhou que quando os números são finalmente conhecidos "a situação é calamitosa".

"Há sete trimestres consecutivos que as variações homólogas do PIB são negativas, situação sem paralelo na Europa ou na OCDE", frisou.

O parlamentar do PS acusou o Governo de seguir "o caminho da facilidade" fazendo pagar o justo pelo pecador, na prossecução de uma política que definiu como "socialmente injusta e economicamente suicidária".

A coligação do PSD/PP "convive com o desemprego e a degradação social, em vez de apostar na qualificação e na promoção da competitividade empresarial", disse, para depois salientar a inexistência absoluta de uma estratégia de combate à pobreza em Portugal.

Para Vieira da Silva, "a actuação do Governo está a lançar milhares de famílias na dependência do subsídio eventual e do assistencialismo arcaico".

"Os serviços estão paralisados e o Ministério [da Segurança Social] não sabe onde estão os pobres", criticou, declarando de seguida, a propósito do Rendimento Social de Inserção, que Portugal tem presentemente "uma lei que o Governo suporta mas não pratica".

A finalizar o seu discurso, Vieira da Silva concluiu: "Portugal precisa de mudar de políticas mas é cada vez menos credível que este governo seja capaz de o fazer".

M.R.

GALAMBA QUESTIONA IMPUNIDADE TRIBUTÁRIA DE FERREIRA LEITE

Qual a atitude "normal e legal" do fisco face a um esquecimento de um cidadão em declaração sobre a obtenção de uma mais-valia na venda de um imóvel? Esta a questão colocada por António Galamba ao primeiro-ministro, num requerimento sobre o recentemente publicado caso de amnésia tributária de Manuela Ferreira Leite. A ministra das Finanças não se terá lembrado de explicitar na sua declaração de rendimentos referentes a 2001 cerca de 15 mil euros de lucros derivados da venda de património, vindo a corrigir, dois anos depois, este erro.

O deputado socialista lembra que um tal esquecimento, apesar da aparente falta de dolo, é considerado pelo Regime-Geral de Infracções Tributárias como uma grave "omissão e inexactidão nas declarações".

Galamba quer que Durão Barroso explique se o facto do cidadão ou da cidadã corrigir espontaneamente a sua declaração fiscal é isenta de sanção e quais os procedimentos habituais para estes casos.



PASSE SOCIAL

ATRIBUIÇÃO DE VERBA A PRIVADOS DEVE SER ESCLARECIDA

O ministro das Obras Públicas deve explicar os critérios do Governo para a atribuição de uma verba aos operadores privados de transportes para continuarem no passe social. Esta a exigência vertida num requerimento dirigido, no passado dia 18 de Maio, a Carmona Rodrigues, por Miguel Coelho.

No documento, o deputado socialista cita "notícias publicadas" que referem que o Governo vai pagar este ano três milhões de euros aos operadores privados de transportes de Lisboa para continuarem a integrar o sistema de passe social até 30 de Maio de 2005, "pagando ainda pelos cinco meses do próximo ano o montante adicional de 1,21 milhões de euros".

"Quais foram as contrapartidas de qualidade para o serviço público com estas negociações?", questiona Miguel Coelho, frisando ainda a urgência de o Executivo definir com muita clareza o conceito de serviço público a prestar pelas empresas do sector, públicas e privadas.

"Fica-se sem se saber", acrescenta, "quais os critérios adoptados pelo Governo para a atribuição deste montante anunciado às empresas privadas e se esses mesmos critérios serão adoptados para as empresas públicas que, por comparação, têm investido de uma forma continuada, melhorando a qualidade do seu serviço", alertou.

DISTRITO DO PORTO

RECUPERAR TECIDO PRODUTIVO E CRIAR EMPREGO

Os socialistas reclamam políticas favoráveis à recuperação do tecido produtivo e empresarial do distrito do Porto, assim como medidas activas para a criação de emprego.

Por iniciativa dos deputados eleitos pelo círculo portuense, foi entregue, no passado dia 19 de Maio, na mesa da Assembleia da República, um projecto de resolução a favor da criação de uma Operação Integrada de Desenvolvimento (OID).

Constatando que, a partir do primeiro trimestre de 2002, o distrito registou um forte crescimento nos índices de desemprego, que atinge actualmente 113.843 pessoas, é urgente que se tomem "medidas excepcionais que impeçam a progressão negativa que tem vindo a verificar-se e que comprometa as potencialidades de desenvolvimento da região", sustentam os parlamentares. No projecto de resolução, os deputados recordam a promessa feita a 31 de Julho do ano passado, depois de uma reunião do Conselho de Ministros no Porto, anunciando quatro medidas mágicas para melhorar a empregabilidade no distrito.

"Passado quase um ano da decisão desse Conselho de Ministros, o balanço a fazer é francamente negativo, uma vez que o resultado é praticamente nulo", observam.

UNIVERSIDADE PÚBLICA EM VISEU

CRITÉRIOS DO GOVERNO POSTOS EM CAUSA

Os deputados socialistas José Miguel Medeiros, António Galamba e Osvaldo de Castro questionaram o primeiro-ministro por ter anunciado a criação de uma universidade pública em Viseu, e não ter tomado semelhante decisão em relação a Leiria.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, os deputados consideram que de todos os critérios citados por Durão Barroso para a criação de uma universidade pública em Viseu, a cidade de Leiria e a sua região "apenas não cumprem o que diz respeito à existência de uma grande Área Metropolitana".

Neste contexto, os parlamentares socialistas querem saber "quais os critérios que a cidade de Viseu cumpre e Leiria não cumpre para que o Governo ali tenha decidido criar uma universidade pública e não tenha assumido idêntica decisão em relação a Leiria".



"Se num futuro próximo Leiria vier a constituir uma Grande Área Metropolitana entende o primeiro-ministro que ficarão reunidas

todas as condições territoriais para ali ser instalada uma universidade pública como em Viseu?", questionam ainda os socialistas.

Também os deputados do PS eleitos pelo círculo da Guarda questionaram o primeiro-ministro sobre a razão impeditiva para a não criação de uma universidade pública naquele distrito.

Num requerimento, os deputados Fernando Cabral e Pina Moura perguntam "quais os critérios que Viseu cumpre e que a Guarda não cumpre, para que o Governo ali tenha decidido criar uma universidade pública e não tenha assumido idêntica decisão em relação a Guarda".

Os parlamentares querem ainda saber se o facto de o concelho da Guarda não integrar nenhuma Grande Área Metropolitana foi a razão impeditiva para a não criação de uma universidade pública na Guarda.

COMUNIDADES

PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO MARGINALIZADOS PELA DIREITA

Dois anos após a chegada da direita ao poder, os portugueses residentes no estrangeiro confrontam-se com "a maior crise governativa no sector das comunidades, enquanto assistem à suspensão, paralisação e extinção das suas estruturas de apoio".

A denúncia do deputado Carlos Luís teve lugar no plenário da Assembleia da República, ao usar da palavra no dia 26 de Maio, durante o período de antes da ordem do dia.

"A política do logro e da farsa, levada a cabo pelo actual Governo, com particular destaque para as políticas da emigração, e o seu secretário de Estado, José Cesário, lançaram no seio das comunidades portuguesas um ambiente de descrença colectiva que se vem adensando cada vez mais com as muitas promessas feitas por cumprir", afirmou o deputado eleito pelo círculo da Europa, que também acusou o Governo de "marginalizar e esquecer as comunidades portuguesas".

O encerramento de consulados, o "aumento brutal" dos emolumentos consulares, o abandono progressivo do ensino e da divulgação da língua e cultura portuguesas, a "diminuição drástica" dos



subsídios para as associações de emigrantes, a "manipulação" do Conselho das Comunidades, o desinvestimento, o permanente desfazimento entre a RTP-I e a realidade das comunidades e a manutenção de uma diplomacia "distinta e distante" foram alguns dos exemplos citados por Carlos Luís que confirmam a má política prosseguida pela direita neste sector.

"Envergonha-me profundamente, como cidadão, quando ouço os nossos compatriotas a afirmarem que vão renunciar à nacionalidade portuguesa

porque este Governo PSD/CDS lhes tem negado os direitos elementares da cidadania", rematou.

Novo regime de passaportes especiais

Entretanto, o deputado Carlos Luís, por discordar da forma como são atribuídas as credenciações aos trabalhadores consulares, também pediu a apreciação parlamentar do decreto-lei que altera o regime de passaportes especiais.

Embora o decreto-lei "reconheça o direito a passaporte especial aos vice-cônsul e cônsul honorário e aos funcionários que exerçam funções nos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros", o parlamentar socialista lamentou que a atribuição das credenciações aos funcionários consulares dependa das autoridades locais do país onde residem. Carlos Luís considerou esta solução normativa "desajustada e desequilibrada" para os trabalhadores externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, "quer do ponto de vista dos direitos e interesses dos cidadãos em causa, quer do ponto de vista do próprio exercício de funções públicas".

PESCADORES AFECTADOS PELO FIM DE ACORDO COM MARROCOS DEVEM SER APOIADOS

O futuro dos pescadores afectados pelo fim do acordo de pescas entre a União Europeia e Marrocos preocupa os socialistas. Por isso, exigem esclarecimentos por parte do Governo e a implementação de medidas concretas de apoio a esses trabalhadores.

Em requerimento entregue no Parlamento, José Apolinário, Joel Hasse Ferreira, Jamila Madeira, Luís Carito e Maria do Rosário Carneiro querem que o ministro da tutela diga se o Executivo vai prorrogar

o prazo de 15 dias para candidatura e apresentação de documentos por parte dos pescadores que estejam em condições de beneficiar dos financiamentos acordados.

Os deputados do PS solicitam ainda que Sevinete Pinto divulgue o número de candidaturas apresentadas e esclareça quantas, entre elas, foram decididas. Por último, os parlamentares socialistas querem que o Governo diga como pretende resolver as diversas situações

concretas destes pescadores, lembrando que alguns deles e outros tantos trabalhadores de terra de embarcações objecto de reconversão tinham a "expectativa legítima de receber um valor de 12 mil euros pelo fim do acordo", com a obrigação de não trabalharem na pesca durante um ano, e agora, depois da nova versão do regulamento comunitário, "viram alteradas as suas esperanças e reduzidas as verbas a montantes proporcionais".

GOVERNO SEM RESPOSTAS NA ÁREA DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Os "riscos" que advêm da utilização de organismos geneticamente modificados, quer no plano ambiental, quer no plano da segurança alimentar e, mesmo, quer numa perspectiva social e ética, "evidenciam a necessidade de um acompanhamento regular, a exigir de todos serenidade e rigor político", afirmou a deputada socialista Maria Santos.

Falando durante a discussão no Parlamento do projecto de lei dos Verdes que cria o Conselho Nacional de Biossegurança, Maria Santos manifestou a sua concordância com a instituição deste órgão de consulta que "poderá contribuir para a promoção da saúde pública, defesa do consumidor e segurança ambiental".

Depois de relembrar várias crises sanitárias ocorridas, como a encefalopatia espongiforme bovina e a tuberculose bovina, que vieram "colocar, de forma gritante, a problemática da qualidade alimentar", a deputada socialista lamentou que a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar, uma iniciativa política do Governo do PS, "continue sem existir".

Neste domínio, frisou, o Governo tem manifestado "uma profunda incapacidade e desorientação", já que "após ter retirado a esta entidade competências



na área da fiscalização e do controlo, continua sem respostas adequadas num sector vital para a protecção da saúde e da segurança dos cidadãos".

Maria Santos referiu que ao fim de dois anos a Agência "continua em fase de instalação" e, depois do Governo PSD/PP lhe ter "retirado competências" na área da fiscalização e do controlo, "ficará transformada numa 'mini-agência', e perderá todo o 'vigor combativo' que se lhe exigia, para garantir a qualidade dos bens alimentares".

Na sua intervenção, a deputada do PS salientou ainda que "a atitude dos consumidores será determinante para o evoluir do 'dossier' sobre os organismos geneticamente modificados", acrescentando que "é fundamental uma opinião pública informada e participativa. A informação é um valor matricial em democracia, e condição indispensável para que os portugueses exerçam com liberdade as suas escolhas".

J. C. CASTELO BRANCO

Opinião

A OBRA DO GOVERNO, O DESCRÉDITO DA POLÍTICA E A ABSTENÇÃO ELEITORAL

Nos últimos tempos houve uma notória degradação verbal no debate público. O comum dos portugueses aborrece-se e critica a forma de estar dos políticos.



RICARDO GONÇALVES

DEPUTADO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PELO CIRCULO DE BRAGA

Há episódios que ocorrem no quotidiano da nossa política que podem parecer ocasionais, sem estarem ligados por um fio condutor. Não é verdade, a sua ocorrência é normalmente planeada e visa resultados não imediatos.

Nos últimos tempos houve uma notória degradação verbal no debate público. O comum dos portugueses aborrece-se e critica a forma de estar dos políticos. Responsabilizou-nos, porém, a todos, sem tentar perceber as causas, ou quando muito explicou-as pela proximidade de uma disputa eleitoral que acirra os comportamentos.

Em vésperas de eleições em que a coligação do Governo PSD/CDS procura uma abstenção generalizada, o insulto e o ataque violento servem objectivamente essa estratégia.

O PSD e o CDS/PP sabem que só vão ter os votos do seu eleitorado militante, daqueles que têm interesses muitos directos na manutenção do actual poder. A restante população, mesmo aquela que sociologicamente vota à direita por interesses indirectos e razões culturais, vai em grande parte abster-se no próximo dia 13 de Junho por se sentir completamente desiludida com a actuação do Governo.

Procurar que a abstenção se alargue igualmente à esquerda, ao eleitorado central e ao sociologicamente socialista, degradando e descreibilizando a política, promovendo as alternativas radicais do PCP e do BE.

Os recentes insultos às próprias instituições democráticas, o ataque violento ao PCP a propósito de alegadas greves no Euro, a anterior promoção mediática do BE, são tudo peças de uma urdidura de acção política planeada, que visa afastar da política o cidadão comum e deixar no terreno apenas os radicais, as franjas mais militantes da sociedade. É evidente que uma ampla abstenção só diminuirá o PS, diminuindo a catástrofe que se avizinha para o PSD/CDS.

Os ataques de Durão Barroso ao PCP, com base na greve de sindicatos que não se encontram filiados na CGTP, só permitiram um maior protagonismo do seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, que, ao responder no mesmo tom, radicaliza a política, o que serve os objectivos atrás descritos da coligação de direita.

O eleitorado moderado que decide as eleições perante este radicalismo tenderá a não participar, salvando o castigo eleitoral do Governo.

Toda esta operação é comandada pelo "núcleo duro" do Governo, Durão Barroso, Marques Mendes, Paulo Portas, Morais Sarmento e a própria Manuela Ferreira Leite.

O que sucedeu nos últimos dias na Assembleia da República com os insultos de Marques Mendes à bancada do Partido Socialista, da ministra das Finanças a um deputado do PS que só a interrogou, omitindo até os ataques à sua situação fiscal para não cair no ataque pessoal, é um exemplo quase perfeito da procura intencional do PSD no degradar da política para afastar os eleitores. E agora já na campanha a deputada Ana Manso que para mostrar a sua bravura atacou baixo.

Neste cenário, o PSD escolheu para seu candidato ao PE João de Deus Pinheiro, conhecido pelo seu ar despreocupado e pelo seu gosto pelo golfe. No entanto, em complementaridade dele, o Barroso e o Portas vão pintar a manta nos próximos tempos. Ele será a cara simpática da candidatura, enquanto o "núcleo duro" simultaneamente tudo radicaliza.

O Partido Socialista nestes lusitanos cenários montados pelas oposições, tem muita dificuldade em arranjar antidoto e acima de tudo em prever com antecedência e com preparação todas estas montagens do poder e do antipoder.

Nesta ocasião o que resta ao PS fazer é responder com serenidade e firmeza, como fez o líder parlamentar, António José Seguro, porque se o PS responder agora em cima das eleições no mesmo tom deles, está a fazer o seu jogo e a desviar o eleitorado moderado das urnas. O eleitorado radical não vota PS. O PS precisa de ser a esperança dos portugueses, é ser positivo no meio da descrença, é transmitir as ideias de futuro que façam os portugueses saírem de o torpor e da modorra em que caíram.

Ao PS como partido com vocação de poder não basta resistir, já que é a única alternativa para que os portugueses voltem a acreditar na política e nas instituições democráticas.

HOSPITAL DA GUARDA

DEPUTADOS SOCIALISTAS QUESTIONAM DESQUALIFICAÇÃO DE OFTALMOLOGIA

A possibilidade de "desqualificação" do serviço de Oftalmologia no Hospital Sousa Martins levou o PS a questionar o Executivo de Durão Barroso, num requerimento entregue recentemente no Parlamento.

Os deputados eleitos pelo círculo da Guarda, Fernando Cabral e Pina Moura, pretendem ser esclarecidos sobre se o "Governo pensa efectivamente desqualificar os Serviços de Oftalmologia dos hospitais distritais, conforme é preconizado pelo documento

"Bases de Reflexão para um Programa Nacional de Saúde da Visão".

Citando o documento elaborado por um Grupo de Trabalho criado por iniciativa do director-geral e alto comissário da Saúde, segundo o qual "nos hospitais distritais os Serviços de Oftalmologia vão realizar apenas consulta e actividades de rastreio".

Isto é "altamente preocupante" para os subscritores do requerimento, que consideram a medida "centralizadora". Os deputados do PS salientam ainda que

"os serviços de Oftalmologia (daqueles hospitais) correm sérios riscos de passarem a ser serviços de nível de centro de saúde".

"No caso do Hospital Sousa Martins, desaparecerá o bloco operatório, o internamento, a urgência, os exames complementares e os tratamentos laser. É muita perda e muita desqualificação para um hospital que, nos últimos tempos, tem sido sucessivamente ameaçado de encerramento de serviços", concluem Fernando Cabral e Pina Moura.

www.ps.pt

Breves

FEDERAÇÕES

O **PS/Porto** exigiu à Administração Regional de Saúde do Norte (ARS/Norte) a suspensão da decisão de encerrar os três Serviços de Atendimento a Situações Urgentes (SASU) do Porto.

Em comunicado, os socialistas portugueses consideram que com a proposta da ARS/Norte, os habitantes da zona oriental (Campanhã e Bonfim) e ocidental da cidade (Foz, Lordelo, Aldoar e Ramalde) ficarão mais longe do novo SASU do que das urgências dos hospitais de São João e de Santo António.

O presidente da Associação Nacional de Produtores de Pêra Rocha tem tido um comportamento "eticamente inaceitável" ao produzir o fruto no Brasil prejudicando os produtores da região. Esta a denúncia feita no passado dia 31 de Maio pelos socialistas do Oeste. José Augusto de Carvalho, líder da **Federação Regional do Oeste (FRO)** do PS, considerou "escandaloso que seja o próprio presidente da associação a produzir nos seus 80 a 100 hectares no Brasil um produto necessariamente diferente, mas que terá o mesmo nome (pêra rocha), quando a associação sempre defendeu a necessidade de preservar a origem da pêra que é o Oeste".

A **Federação Distrital e a Comissão Política Concelhia de Leiria** promoveram, no passado dia 28 de Maio, uma conferência sobre política geral em que o dirigente socialista Rui Cunha salientou a importância para o nosso país das próximas eleições europeias, pelo que apelou ao voto dos portugueses.

CONCELHIAS

O presidente da **Concelhia do PS de Lisboa** quer que Santana Lopes diga o nome da empresa a quem a autarquia adjudicou o Estudo de Impacto Ambiental

do Túnel do Marquês "para que se acabem as dúvidas". Miguel Coelho defendeu que é lícito desconfiar-se que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) possa não ter sido adjudicado, uma vez que o presidente da Câmara de Lisboa ainda não divulgou o nome da empresa.

A Convenção Autárquica do **PS de Ovar** decorreu, no passado dia 27 de Maio, com a presença de Armando França, candidato ao Parlamento Europeu, Alberto Souto, presidente da Federação do PS/Aveiro, e os deputados Augusto Santos Silva, João Cravinho e José Sócrates.

No encerramento deste encontro, Sócrates defendeu que os portugueses devem fazer, no dia 13 de Junho, o julgamento da política do Governo, uma vez que esta tem sido limitada exclusivamente ao combate ao défice, excessivo que, no entanto, acabou mais elevado que em 2001.

Num ambiente de pré-campanha eleitoral para as europeias, cerca de uma centena de militantes e simpatizantes do **PS/Cascais** comemoraram, no passado dia 21 de Maio, o 30º aniversário daquela estrutura socialista.

O evento contou com a presença do porta-voz e secretário nacional para a Organização, Vieira da Silva, do fundador José Neves, do presidente da FAUL, Joaquim Raposo, da presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas, Susana Amador, e dos deputados Miguel Coelho, Rui Cunha e Pedro Silva Pereira.

SECÇÕES

A **Secção de Amesterdão do PS na Holanda** elegeu por unanimidade, no passado dia 16 de Maio, um novo Secretariado, cujo coordenador, o camarada Francisco Rui Magno Batágia, apresentou a moção "Pelos Direitos dos Emigrantes", onde propõe uma "luta contra o desinteresse" que tem pautado a política

para a emigração do Governo.

A **Secção do PS de Campo de Ourique** editou o primeiro número do seu boletim de informação trimestral, abordando temas como a insegurança em Lisboa, o incumprimento das promessas da autarquia alfacinha e as comemorações dos 30 anos da estrutura.

GRUPO PARLAMENTAR

O deputado do PS e presidente da Comissão Parlamentar de Acompanhamento do Euro 2004, **Laurentino Dias**, exigiu no passado dia 29 de Maio um pedido de desculpas ao director da UEFA, Martin Kallen, considerando que fez declarações ofensivas para Portugal.

Recorde-se que o responsável da UEFA para o Euro 2004 afirmou ao "Expresso" ter percebido nos contactos com as autoridades policiais que "em Portugal é fácil pôr uma bomba, porque podemos sempre encontrar uma pessoa corrupta".

O PS considera que a suspensão da greve do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) anunciada recentemente para Junho, coincidindo com o Euro 2004, foi "uma bofetada de luva branca ao primeiro-ministro", que acusou os inspectores do SEF de estarem a prejudicar o país.

Para o deputado socialista **Vitalino Canas**, a suspensão destas formas de protesto "foi um acto de imensa dignidade", considerando que "os inspectores têm razão nas suas reivindicações", o pagamento das horas extraordinárias em atraso.

Os parlamentares socialistas **Vitalino Canas, José Miguel Medeiros, Luis Carito, Miranda Calha e Pedro Silva Pereira** reuniram-se com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, em Carnaxide, com o objectivo principal de tomar contacto com o dispositivo de combate aos incêndios

para este Verão.

A deputada do PS **Maria Santos** participa, até ao dia 4 de Junho, em Bruxelas, na iniciativa da Comissão Europeia "Semana Verde" que aborda as temáticas "Por uma Europa Mais Verde"; "Os direitos ambientais dos cidadãos"; "A eco/empresa: um mercado do futuro"; "De um ambiente económico a uma economia do ambiente"; "A exploração dos recursos naturais"; "Do Báltico ao Mar Negro"; "Os amigos da Europa - adaptar a Agenda de Lisboa", entre outras.

DEPARTAMENTO DE MULHERES

O **Departamento Federativo de Mulheres do PS/FAUL** assinalou o Dia Internacional da Criança levando a cabo um conjunto de visitas a Escolas do Ensino Básico (1º e 2º ciclo) e Pré-Escolar da Área Urbana de Lisboa. Tal iniciativa visou essencialmente chamar a atenção para os direitos dos mais novos e para o trabalho meritório e complexo que os municípios estão a desenvolver na educação em geral e no 1º ciclo em particular, área na qual estão a investir volume considerável de verbas sem a devida contrapartida da Administração Central.

AUTARQUIAS

O **presidente da Câmara de Torres Vedras** acusou a Administração Regional de Saúde de insensibilidade ao admitir algumas extensões do centro de saúde, afirmando que esta matéria não deve ser resolvida com meros actos administrativos. "Parece-nos de uma ligeireza e insensibilidade a toda a prova, mexer com a saúde e bem-estar das pessoas como se de meros actos administrativos se tratassem", afirma o autarca socialista Carlos Miguel, numa carta enviada ao ministro Luis Filipe Pereira.

AGENDA PS

CARAVANA EUROPEIAS 2004

2 de Junho - Distrito de Viseu:

- 10h00** - Visita à Cerâmica de Gândara, em Mortágua
- 11h00** - Visita à Feira Semanal de Santa Comba Dão
- 12h30** - Visita à Fundação Aristides Sousa Mendes, em Carregal do Sal
- 13h30** - Almoço na Adegas Cooperativas de Nelas
- 16h00** - Visita às empresas Huf e Labesfal e encontros com empresários de Tondela
- 19h30** - Jantar-comício em Viseu

3 de Junho - Distritos de Leiria e Santarém:

- 10h30** - Visita ao Mercado das Caldas da Rainha
- 12h30** - Almoço nas Caldas da Rainha

Grupo I

- 15h30** - Visita à ACISO, em Ourém
- 17h00** - Visita ao Hospital de Tomar
- 19h00** - Passeio pelo centro do Cartaxo
- 20h30** - Jantar no Cartaxo

Grupo II

- 14h30** - Passeio pelo centro de Rio Maior
- 16h00** - Visita ao Centro Tecnológico da Indústria do Couro de Alcanena
- 17h00** - Passeio pelo centro de Torres Novas
- 18h00** - Passeio pelo centro de Santarém
- 20h30** - Jantar no Cartaxo

4 de Junho - Distrito de Setúbal:

- 10h30** - Concentração junto ao Mercado de Santo André, no Barreiro
- 13h00** - Almoço com sindicalistas da Moita, no restaurante Solar das Freiras
- 16h00** - Visita à Adegas de Pegões, no Montijo
- 18h00** - Debate sobre "Europa", promovido pelos Departamentos Nacional e Federativo das Mulheres Socialistas, em Setúbal
- 18h00** - Passeio pelo centro de Setúbal
- 20h00** - Jantar no restaurante Quinta do Sol

5 de Junho - Distritos de Aveiro e Braga:

- 10h00** - Visita à Feira da Anadia
- 11h00** - Visita à Feira de Ageda
- 13h30** - Almoço em Castelo de Paiva, no Parque das Tílias

- 16h30** - Sousa Franco em Espinho e António Costa em Oliveira de Azeméis
- 18h30** - Comício em Braga, na Praça Dr. Ferreira Salgado (presença de Ferro Rodrigues)
- 21h00** - Jantar em Amares, no restaurante Milho-Rei

6 de Junho - Distritos de Vila Real e Santarém:

Grupo I

- 13h00** - Almoço com militantes e simpatizantes em Santa Marta de Penaguião
- 16h00** - Comício no Largo da Capela Nova, em Vila Real

Grupo II

- 10h30** - Visita à Feira da Estela, na Póvoa de Varzim
- 11h30** - Contacto com a população na zona do Passeio Alegre
- 16h00** - Comício no Largo da Capela Nova, em Vila Real

Grupo III

- 15h00** - Visita à Feira de Santarém (presença de Ferro Rodrigues)

7 de Junho - Distritos de Braga e Aveiro:

- 09h30** - Visita à Feira das Taipas
- 11h00** - Visita à Feira de Vieira do Minho
- 12h30** - Almoço em Fafe
- 14h00** - Visita à Arcada de Fafe
- 15h00** - Passeio pelo centro histórico de Guimarães
- 16h15** - Passeio pelo centro histórico de Braga
- 18h00** - Concentração no Largo da Porta Nova, em Barcelos
- 20h00** - Jantar em no Centro de Congressos de Aveiro

8 de Junho - Distrito de Leiria:

- 09h00** - Acções de campanha pelas ruas da cidade
- 11h30** - Edite Estrela visita a Feira do Livro de Leiria

8 de Junho - Distrito do Porto:

- 09h00** - Visita à Feira de Campelo, em Baião
- 11h00** - Concentração junto ao café D. Carlos, em Marco de Canaveses
- 12h00** - Visita à Feira e Mercado de Amarante
- 13h00** - Almoço no restaurante José da Calçada, em

- Amarante
- 15h00** - Concentração junto à sede do PS, em Felgueiras
- 16h00** - Concentração no Parque Industrial, junto ao quartel da GNR de Lousada, seguida de visita à Associação Industrial
- 17h30** - Passeio por Paços de Ferreira
- 18h15** - Passagem em Rebordosa na Associação Cultural (Paredes)
- 18h30** - Contacto com a população de Paredes, no Parque José Guilherme
- 19h30** - Passeio pelo centro da cidade de Penafiel
- 20h30** - Jantar no restaurante Penafidélis, em Penafiel

9 de Junho - Distrito do Porto:

- 08h30** - Visita à Lota de Matosinhos
- 10h00** - Visita à Maconde, em Vila do Conde
- 11h30** - Passeio pelo centro de Santo Tirso
- 12h30** - Visita à Associação Empresarial do Baixo Ave, na Trofa
- 13h00** - Almoço no restaurante Tourigalo, na Trofa
- 15h00** - Visita à cidade da Maia
- 16h00** - Contacto com a população no Shopping Parque Crescente de Gondomar
- 17h00** - Visita a Vila Nova de Gaia
- 18h00** - Passeio pela baixa do Porto
- 20h00** - Jantar
- 21h30** - Comício na Praça D. João I, no Porto (presença de Ferro Rodrigues)

10 de Junho - Distritos de Leiria e Coimbra:

- 13h00** - Almoço na Nazaré, seguido de passeio pela marginal
- 18h00** - Passeio pela baixa de Coimbra
- 21h00** - Comício de encerramento de campanha no Pavilhão dos Olivais, em Coimbra (presença de Ferro Rodrigues)

11 de Junho - Distritos de Setúbal e Lisboa:

- 10h30** - Visita ao Mercado da Costa de Caparica, passeio pelas ruas e pelo paredão da Costa
- 13h00** - Almoço na Cervejaria Trindade, em Lisboa
- 15h00** - Descida Chiado (Baixa)
- 19h00** - Convívio no arraial popular do Mercado da Ribeira (presença de Ferro Rodrigues)

COMISSÃO NACIONAL

SÓ O PS PODE DERROTAR COLIGAÇÃO DE DIREITA

O secretário-geral do PS afirmou que "é possível derrotar a direita unida", considerou que as europeias de 13 de Junho próximo serão "a primeira volta" das eleições autárquicas de 2005, e defendeu que o actual clima de "crispação política" deve ser banido.

Ferro Rodrigues falava no passado sábado, no final da reunião da Comissão Nacional do PS, em que foi analisada a actual situação política e aprovado por unanimidade o relatório e contas do partido em 2003. "Acredito que as eleições europeias vão ter importantes consequências, sobretudo nas autárquicas de 2005, em que estou convencido que por todo o país haverá coligações entre o PSD e o CDS-PP", disse. "Como a coligação de direita vai



O PS dará o seu contributo para que a linguagem dos insultos seja banida da campanha eleitoral

reconstituir-se em 2005, as eleições europeias vão funcionar como uma espécie de primeira volta das autárquicas", sublinhou Ferro Rodrigues, que apelou ao voto útil nas eleições de 13 de Junho. "Não basta os portugueses dizerem que este Governo é um pesadelo e que governa mal, é preciso que tirem consequências

práticas através do voto. É preciso que com o voto de cada um se derrote a coligação de direita - e só o PS está em condições de a derrotar", sustentou o secretário-geral do PS.

Neste contexto, Ferro Rodrigues voltou a alertar que a abstenção será prejudicial aos socialistas nas eleições europeias, dando como exemplos os mais recentes actos eleitorais em França e na Alemanha em que "a grande mobilização popular" resultou na derrota dos partidos de direita desses países. "Estou convencido que, se as europeias tiverem em Portugal uma afluência dentro da média europeia, o PS vencerá as eleições", disse o líder socialista.

Ferro Rodrigues lamentou também o actual clima de crispação política, defendendo que "a linguagem excessiva tem de ser banida". Segundo reafirmou o líder socialista, "é possível estar na política com respeito pelos adversários. Todos devem fazer um esforço e o PS está a dar o seu contributo nesse sentido".

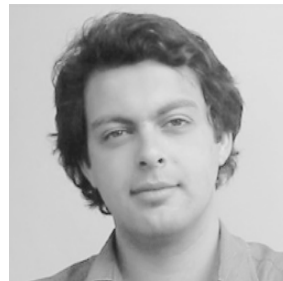
J. C. B.

O País relativo

FIM-DE-SEMANA COM O MORTO

Durão Barroso, o único para quem o congresso era verdadeiramente importante, falhou por completo o que tinha (?) para fazer e dizer ao país.

Relançamento? Mobilização para as europeias? Demonstração de confiança? Alguma surpresa? Alguma medida nova? Um zero.



MIGUEL CABRITA

Não sei porquê, fica no ar a sensação de que o congresso laranja vai desaparecer rapidamente da memória. É natural. Não se passou nada, mas rigorosamente nada de relevante para quem lá não esteve, tirando uns números de circo francamente mal conseguidos. Os suspeitos foram os do costume e o filme terrivelmente mau - um bocado ao estilo do canal de cinema da tv cabo anunciado por aquele maestro que tinha um

programa com a Bárbara Guimarães, mas sem ponta de acção. O dr. Jardim bramiu umas imbecilidades. O dr. Santana acobardou-se na hora h e, agora, depois do KO que Cavaco lhe infligiu, continuará a jogar consigo próprio uns jogos florais sobre as presidenciais. Durão Barroso, o único para quem o congresso era verdadeiramente importante, falhou por completo o que tinha (?) para fazer e dizer ao país. Relançamento? Mobilização para as europeias? Demonstração de confiança? Alguma surpresa? Alguma medida nova? Um zero.

Com o devido respeito (que o referente da comparação me merece, evidentemente), isto já começa a parecer, e de forma bizarra, porque só passaram dois anos!, aquele longo segundo semestre de 2001: a fase em que se pode anunciar o que quer que seja, esbracejar para todos os lados, fazer mil números mediáticos, que já nada pode inverter um suave rumo descendente que durante meses se foi adensando. E que, mais para o fim, será impossível reverter. Veremos as cenas dos próximos capítulos.

Este congresso disse guardará o nome, mas pouco mais. Se era para isto, mais valia terem ido para a praia da Rocha ou, numa versão Ordem dos Médicos, para um destino exótico qualquer. Já que ninguém foi fazer a rodagem do carro, e já que não havia nada para dizer, sempre tinham dado um salto à praia. Uma nota para o abraço que Durão correu, por entre a multidão dispersa por um sófrego Arnaut, a dar a Portas quando este falava em directo para as televisões.

Rebobinando o filme do congresso, lembre-se que na véspera vários congressistas pouco anónimos tinham defendido a possibilidade de o PSD ir sozinho às legislativas - quando estamos a menos de um mês de eleições em que os partidos da coligação vão juntos a votos. O CDS, pelo contrário, optou por levar meio partido ao congresso do parceiro de coligação. Três ministros, o presidente do partido, o líder da distrital de Aveiro, se não me esqueço de ninguém.

Em pleno fim de festa, Durão corre ostensivamente a abraçar Portas, para "demonstrar a saúde da coligação". Um gesto fraternal, estranho e forçado, demasiado forçado. Forçado para parecer demasiado amistoso. Forçado para ser à frente das câmaras, durante os directos. Forçado para parecer forçado, para se perceber que era uma encenação, para implicar ruído, gente a abrir caminho. Portas recebeu o abraço constrangido, ao contrário do habitual. Sem à-vontade, desapareceu discretamente para fora dos planos das câmaras de televisão. Foi andando. Suponho que ele percebeu a verdadeira dimensão do abraço.

www.paisrelativo.blogspot.com

FERRO ALERTA

FUNDOS COMUNITÁRIOS DESTINADOS À OTA EM RISCO

Portugal "corre o risco de perder larguíssimos milhões de euros do Fundo de Coesão que estavam previstos para o apoio ao investimento no novo aeroporto da Ota", alertou Ferro Rodrigues, desafiando o Governo a clarificar a questão da construção desta infra-estrutura.

O secretário-geral do PS, que se reuniu no dia 19 de Maio com a direcção da Associação Empresarial da Região de Santarém (Nersant) no âmbito de uma iniciativa da Federação Distrital do PS dedicada à situação económica em Portugal e na Europa, disse ter encontrado "grande preocupação" e "grande decepção" entre os empresários da região.

"A paralisia total de projectos fundamentais, estruturantes, como o do aeroporto da Ota, é algo de extremamente preocupante", afirmou.

Criticando o Governo por "continuar a não ter uma palavra clara sobre essa matéria", o líder socialista desafiou o Executivo PSD/PP a clarificar a sua posição, sob o risco de "a desconfiança e este tipo de situação mais depressiva terem tendência para se agravar".

Ferro Rodrigues disse ter encontrado junto dos empresários do distrito de Santarém grande falta de confiança e de expectativa perante a situação de crise e de recessão

que se instalou nos últimos dois anos. E adiantou que na reunião ficou a saber que os incentivos para as empresas "estão completamente parados" e que algumas alternativas "inovadoras" propostas pela Nersant para o estímulo ao investimento privado na região "estão completamente paralisadas há mais de um ano e meio, sem qualquer resposta concreta".

"Não se percebe como há um discurso tão pró-investimento privado e pró-exportações e depois se tenha uma prática política que compromete a confiança básica necessária ao investimento privado e às exportações", afirmou.

Ferro Rodrigues acusou ainda o ministro da Economia, Carlos Tavares, de ter anunciado a retoma e vários programas "quatro ou cinco vezes", pelo que, concluiu, "qualquer dia dificilmente poderá ter qualquer credibilidade".

Penalização à reforma antecipada tem que ser explicada

Qualquer alteração à fórmula que permite a reforma antecipada, desde que cumprida uma carreira contributiva de 30 anos, com uma penalização de 4,5 por cento por cada ano de antecipação, "tem que ser muito

bem explicada" pelo Governo. Esta a exigência foi feita por Ferro Rodrigues, para quem a Segurança Social tem de agir "como pessoa de bem", não podendo obter receitas que depois retira inexplicavelmente.

O secretário-geral do PS, apesar de não conhecer em detalhe as propostas que o ministro do Trabalho e Segurança Social se prepara para discutir com os parceiros sociais, fez questão de deixar claro, porém, que a fórmula introduzida durante o Governo socialista "não foi escolhida arbitrariamente".

"Houve estudos que permitiram concluir que era a fórmula justa, que compensava as pessoas pelo tempo de contribuição à Segurança Social", declarou, defendendo ainda que o actual sistema, que garante a neutralidade entre o que as pessoas contribuíram e a pensão que recebem, deixará de existir se as pessoas tiverem contribuições superiores ao que depois podem receber. Isso "é uma forma abusiva do Estado obter verbas", afirmou.

Declarando-se também contrário à ideia das pessoas se reformarem cedo, Ferro disse esperar que os estímulos criados pelo PS para reformas mais tardias prossigam, tendo em conta que a esperança de vida, actualmente, é muito maior.

DURÃO REMODELA PELA CALADA DA NOITE

O PS exigiu explicações sobre a substituição de Amílcar Theias por Arlindo Cunha na pasta do Ambiente e acusou o primeiro-ministro de ter inaugurado "uma nova forma de gerir o seu Governo, substituindo ministros pela calada da noite". Em comunicado, o porta-voz do PS, Vieira da Silva, lembrou que poucos dias antes de ser demitido Amílcar Theias anunciou a privatização de parte do capital do grupo Águas de Portugal, "assumindo depois o compromisso de participar em

audiência parlamentar" para explicar os objectivos desta medida do Governo.

"Neste entretanto, Amílcar Theias foi demitido pelo primeiro-ministro. Até agora, as explicações dadas para esta atribulada substituição nada explicam", frisa o porta-voz do PS, sustentando que o primeiro-ministro terá de justificar aos portugueses os motivos desta remodelação.

Vieira da Silva interroga-se se a remodelação, "evidentemente não programada, tem a ver com o facto de ter

sido feita na véspera do congresso do PSD" e, ainda, "se obedece a uma mera lógica de interesse partidário".

Embora saliente que, com Durão Barroso, "não tem existido uma verdadeira política de ambiente", o dirigente socialista refere, no entanto, "que é evidente que esta substituição nocturna não permitirá a mudança de política que Portugal precisa, de forma a que o país saia da crise em que vive e para que os portugueses recuperem a confiança no futuro".



PROCESSO CASA PIA

RESSARCIR AS VÍTIMAS E OS CALUNIADOS

O Secretariado Nacional do PS saudou a decisão judicial de não pronunciar Paulo Pedroso, no processo Casa Pia, confirmando-se assim a convicção da sua inocência.

Em conferência de Imprensa realizada ontem, após uma reunião do Secretariado Nacional, o porta-voz do PS, Vieira da Silva, manifestou "o profundo desejo de que toda a verdade seja descoberta por forma a que, em primeiro lugar, as vítimas possam ser ressarcidas e, em segundo lugar, aqueles que foram caluniados sejam igualmente ressarcidos".

Por outro lado, o PS tomou conhecimento da posição assumida por Paulo Pedroso "saudando a sua dignidade e respeitando as decisões apresentadas acerca do seu regresso à vida pública".

O Secretariado Nacional apelou ainda a "que todo o partido se concentre na importante batalha eleitoral em que está envolvido, reforçando o seu empenho na demonstração da importância destas eleições para a Europa, para os portugueses, para Portugal e também para o Partido Socialista".

Vieira da Silva adiantou ainda que o camarada Paulo Pedroso "tem todas as condições para desempenhar as funções para que foi eleito".

Na segunda-feira, após ter sido anunciado que não seria levado a julgamento no processo Casa Pia em que era arguido, o camarada Paulo Pedroso divulgou um comunicado referindo que tencionava reassumir o seu lugar no Parlamento e voltar à actividade no PS, após as eleições europeias.

POLUIDORES DO RIO LIS DEVEM IR A TRIBUNAL

Os vereadores do PS na Câmara Municipal de Leiria querem levar a julgamento os suinicultores que fazem descargas na bacia hidrográfica do rio Lis. Por isso, enviaram uma carta ao procurador-geral da República, na qual requerem "procedimento criminal contra os infractores", solicitando que a Câmara, o Ministério do Ambiente e a GNR divulguem os autores já identificados para que "o processo possa seguir os seus trâmites".

Os autarcas socialistas consideram "inaceitável" a forma como são lançadas as descargas de dejectos suínos nos cursos de água ou em terrenos agrícolas e afirmam que este procedimento constitui uma "acção ilícita criminal" que tipifica um crime público consignado no Código Penal.

Segundo o vereador do PS José Manuel Silva, os poluidores "têm de ser tratados como criminosos", até porque uma "acção mais enérgica" das autoridades pode conduzir à diminuição das descargas.

E não poupa críticas ao comportamento da câmara (PSD), defendendo que a autarquia "deveria ter um papel liderante nesta matéria e não tem tido".

PS/LISBOA QUER APURAR RESPONSABILIDADES NO TÚNEL DO MARQUÊS

Críticas ao secretário de Estado do Ambiente e ao presidente da Câmara de Lisboa, a propósito da "trapalhada" do túnel do Marquês de Pombal, marcaram a tertúlia promovida, no dia 18 de Maio, pela Concelhia do PS/Lisboa, no Martinho da Arcada, no âmbito da iniciativa Fórum Cidade.

"Haver uma obra à entrada da capital que é hoje alvo de um embargo é muito grave do ponto de vista político e importa saber quem tem responsabilidades na situação criada", afirmou o deputado socialista Pedro Silva Pereira.

O antigo secretário de Estado do Governo de António Guterres passou em revista as múltiplas declarações de alguns dirigentes do PSD logo após a decisão tomada pelo Tribunal Administrativo de Lisboa de mandar suspender as obras do túnel do Marquês, tendo concluído que o secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins, "faltou à verdade" na tentativa de ilibar Santana Lopes de responsabilidades.

Pedro Silva Pereira acusou ainda o Governo e a Câmara de terem cometido "ligeirezas e leviandades" neste processo, já que, adiantou, terá sido pelo telefone que o secretário de Estado comunicou um parecer a Santana Lopes.

Para além de Pedro Silva Pereira, foram oradores convidados nesta tertúlia o advogado José Sá Fernandes, autor da acção movida contra a construção do túnel, e Manuel João Ramos, da Associação de Cidadãos Automobilizados.

SECÇÃO DO PSF EM LISBOA

MOBILIZAR CONTRA A ABSTENÇÃO NAS EUROPEIAS

Por iniciativa da Secção do Partido Socialista Francês em Lisboa, realizou-se no dia 24 de Maio um debate subordinado ao tema "Os franceses no estrangeiro e a política — a Europa Social na actualidade", que teve lugar na sede nacional do Largo do Rato.

Com este encontro que teve como oradores Pierre-Yves Le Borgn, delegado eleito no Conselho Superior dos Franceses no Estrangeiro, e Guillaume Santos, coordenador da Secção do PSF em Lisboa, pretendeu-se contribuir para a mobilização contra a abstenção nas eleições europeias de 13 de Junho, bem como lançar as bases para a criação da Associação Democrática dos Franceses no Estrangeiro.

A harmonização progressiva dos sistemas de protecção social nos Estados-membros, uma política cultural mais



descentralizada e a necessidade de a esquerda abordar as questões de segurança foram algumas das ideias avançadas neste

debate, onde foi salientada a importância da defesa do modelo social europeu face ao neoliberalismo.

VI FESTA SOCIALISTA DA ALDEIA DO CANO

Como já vem sendo tradição, realizou-se, mais uma vez, a festa socialista da Aldeia do Cano. Nesta pequena aldeia da Freguesia de Cercal de Alentejo, no concelho de Santiago do Cacém, reuniram mais de duas centenas de pessoas, entre socialistas e independentes, dos diferentes Concelhos do Litoral Alentejano. Como é hábito não faltaram as febras, as entremeadas, as sardinhas, a música e, claro está, muita alegria.

Esta festa, que já se afirmou no calendário das festas socialistas do Litoral Alentejano, é uma organização da Secção do Partido Socialista de Cercal do Alentejo e dos socialistas da Aldeia do Cano e que conta, desde sempre, com o apoio activo da Concelhia de Santiago do Cacém.

Este ano, tendo coincido com o início



da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, não poderia este tema deixar de ser a questão central das intervenções políticas que tiveram lugar, sem prejuízo de uma atenção especial aos problemas locais.

Perante uma assistência atenta, entre os quais os deputados Alberto Antunes, Ana Catarina Mendonça e Eduardo Cabrita, autarcas dos concelhos de Santiago, Odemira, Grândola e Sines, usaram da palavra, o coordenador da Secção do Cercal, Luís Pinheiro, o presidente da Comissão Política Concelhia e vereador do PS na CM de Santiago, Cascão da Silva, o membro da Comissão Política Nacional e coordenador da bancada Socialista na Assembleia Municipal de Santiago, Alexandre Rosa, a presidente da Federação de Setúbal do PS, Maria Amélia Antunes e, para encerrar, a secretária nacional do PS e candidata ao Parlamento Europeu, Ana Gomes. Foi sem dúvida uma grande jornada de convívio, de fraternidade socialista e de esclarecimento e mobilização para a batalha eleitoral que se aproxima.

ENCONTRO AUTÁRQUICO DO PS/COIMBRA

SOUSA FRANCO ACUSA PSD/PP DE APOSTAR NA ABSTENÇÃO

A maioria PSD/PP "aposta na abstenção", para no caso de os resultados lhe serem desfavoráveis, e se registar uma elevada abstenção, os desvalorizar politicamente. O alerta foi feito no passado dia 22 pelo cabeça de lista do PS às eleições europeias, Sousa Franco, no encerramento de um encontro autárquico do PS/Coimbra.

Nesse sentido, apelou aos militantes socialistas para mobilizarem os cidadãos a votar nas eleições de 13 de Junho, e a "não se demitirem da democracia".

"Vamos votar na proposta do PS sem triunfalismo", com um discurso "assente na verdade e esclarecimento do povo", sublinhou.

Segundo Sousa Franco, a desvalorização das eleições é notória na recusa à proposta de alargamento do período de funcionamento das mesas de voto, tendo em atenção a previsível "ponte" do fim-de-semana das eleições com o feriado do 10 de Junho.

Mas, também a falta de esclarecimento da importância das eleições europeias, e a "forma trapalhona e descuidada como a lista da coligação de direita foi anunciada" são indicadores de tal estratégia, adiantou.

"Praticamente não há uma campanha que não seja de ministros a insultar", frisou. Para Sousa Franco, o começo da mudança à política actual em Portugal está nestas eleições, porque "há uma ligação indissociável entre a política



Os cidadãos devem mobilizar-se para votarem a 13 de Junho e dessa forma derrotarem a coligação de direita

europeia e a política nacional", acrescentando que "da coligação de direita não se sabe se são europeístas, ou não. Nas horas pares são uma coisa, e nas ímpares outra".

Sobre o PSD, que "em tempos teve um ideário social-democrata", disse que hoje está confinado a "um vazio de ideias", a fazer "pinturas cor-de-rosa da realidade presente do país", ao ponto de "não se saber se está a viver noutra planeta".

"Pelo que assistimos percebemos o estado em que está o país", mas "o desafio para a mudança política são estas eleições legislativas para a Europa", frisou. Por outro lado, Sousa Franco criticou também no seu discurso a postura do Governo português em relação à intervenção militar no Iraque, "de seguidismo" em relação aos interesses de outros países.

"Aqueles que envolveram Portugal numa guerra têm de prestar contas à nação.

Apoiou-se uma guerra que fortalece mais a causa do terrorismo e envergonha", por pôr em causa os direitos humanos e a dignidade humana, valores que nortearam a Europa, sublinhou.

Nenhuma razão para confiar em Durão

Horas antes, na abertura deste encontro autárquico distrital do PS de Coimbra, também o dirigente socialista Jorge

Coelho tecera idênticas críticas à postura do Governo português em relação ao Iraque.

"A guerra no Iraque é um trapalhada em que se meteu o país, que será o mais grave problema do século XXI. Seguiu-se um homem sem escrúpulos que está a fazer com que o mundo se transforme num barril de pólvora", afirmou o coordenador nacional do PS para as eleições autárquicas, Jorge Coelho.

Na sua intervenção, o coordenador nacional do PS para as autárquicas ironizou ainda com o discurso de Durão Barroso na abertura do Congresso do PSD, a propósito do pedido de confiança aos militantes laranja para poder gerir a questão do candidato às presidenciais. "Se pede para confiar em nele, é porque sente que já não confiam. Se eles não confiam, que dirão os portugueses. Esses então é que não têm razões nenhuma para confiar em Durão Barroso", disse.

É que, acrescentou, "o desemprego subiu, hoje há 500 mil pessoas sem trabalho, os salários foram congelados e na saúde as listas de espera dos hospitais cresceram".

Por outro lado, adiantou, "a evasão fiscal está num estado tal que já vamos no terceiro director-geral das Contribuições e Impostos, e aqueles que deveriam pagar menos, os trabalhadores por conta de outrem, pagam mais, e os tubarões da vida económica fogem".

FAMÍLIA

DIREITA REEDITA CONCEITOS DO ESTADO NOVO

O projecto de Lei de Bases da Família, o Código do Trabalho e os cem compromissos lançados recentemente pelo Governo são exemplos claros de uma política marcadamente conservadora que não respeita os direitos e as necessidades das famílias, reforçando um modelo que não observa a diversidade, que não corresponde à realidade e que não respeita a igualdade de géneros.

Esta a principal conclusão emanada do debate "Homens e Mulheres entre Família e Trabalho", uma iniciativa conjunta do Grupo Parlamentar do PS, do Gabinete de Estudos e do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas que decorreu, no passado dia 27 de Maio, na Casa Amarela. No encontro moderado pela coordenadora do Grupo de Trabalho para a Igualdade de Género, Maria do Céu Cunha Rego, a presidente do DNMS Sónia Fertuzinhos reiterou o apelo à responsabilização política dos partidos em matérias relativas aos direitos das mulheres e das famílias, sublinhando a ideia de que é "importante passar das palavras aos actos" porque, advertiu, "há razões para estarmos preocupados". Definindo o Código do Trabalho da



A igualdade de géneros não é respeitada no projecto de lei de bases da família apresentada pelo Governo

maioria como "uma oportunidade perdida para lançar a mudança", a deputada manifestou a sua oposição veemente às ideias retrógradas, encapotadas nas iniciativas legislativas da direita. Maria do Céu Cunha Rego secundou esta denúncia ao afirmar que o projecto de

família e de sociedade implícito nos documentos em questão reeditam os conceitos do Estado Novo. Também a jurista Vera Adão e Silva exprimiu a sua indignação ao definir o projecto de Lei de Bases da Família, apresentado pelo CDS/PP e que se encon-

tra para discussão parlamentar em sede de especialidade, como "um instrumento temível e terrível" para uma cada vez maior repressão social da mulher.

Já o professor de Direito da Família na Universidade de Coimbra, Guilherme Oliveira colocou a tónica da sua intervenção no que é possível ou não ainda fazer no plano legal em prol da igualdade de género. Depois de uma breve e interessante evocação às mentalidades dominante entre os legisladores que forjaram os diferentes códigos civis, o académico concluiu não restarem muitas alterações normativas a perseguir.

"Poderemos conseguir alguma mudança com pequenos truques", afirmou, defendendo que a regulação das relações afectivas não pode limitar-se apenas ao plano jurídico de uma qualquer época, mas deve enquadrar-se no seio de uma "ecologia da família". Por sua vez, Anália Torres defendeu a ideia que, em Portugal, "as mulheres são

trabalhadoras com família e os homens são trabalhadores livres".

Ao apresentar as conclusões de um estudo nacional (continente) baseado num inquérito realizado a 1700 casais, a socióloga alertou para o facto de existirem cada vez menos ajuda para quem mais precisa de solidariedade social.

Relativamente às assimetrias fortes que penalizam o género feminino, Anália Torres apontou três: a inexistência de uma valorização do extenso volume de trabalho pago desempenhado por mulheres; o não reconhecimento do peso da carga horária dedicada por elas às tarefas domésticas e não remuneradas e a "imposição de constrangimentos de género".

Segundo a docente do ISCTE, no nosso país, a população activa feminina trabalha mais horas, com salários mais baixos e em condições de maior precariedade, com difícil acesso a lugares de direcção. "São as mulheres as que prestam cuidados aos idosos dependentes e aos filhos no meio familiar", recordou, para de seguida criticar fortemente a escassez de equipamentos de apoio estatais para a primeira e segunda infâncias.

LIVROS DOS NOSSOS

ELOGIO DA POLÍTICA

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.

"Diálogo de Gerações", a compilação de conversas partilhadas entre Mário Soares e Sérgio Sousa Pinto, que a editora Temas e Debates lançou recentemente, é antes de mais um livro de política no seu estado mais nobre, fundado no pensamento crítico, na interrogação criativa, na troca de experiências e pontos de vista e na análise transversal e descomplexada do mundo em que vivemos.

A sua leitura é um exercício estimulante sobretudo porque nele se cruzam e entrelaçam vivências diferentes mas complementares, num quadro de forte cumplicidade de valores e princípios, própria de quem se revê na grande família política da social-democracia e do socialismo democrático, mas também de quem não perdeu a ambição transformadora sobre a realidade e compreendeu que essa ambição exige hoje uma compreensão global das múltiplas dimensões da acção política e uma visão inovadora sobre as formas de intervenção mais adequadas.

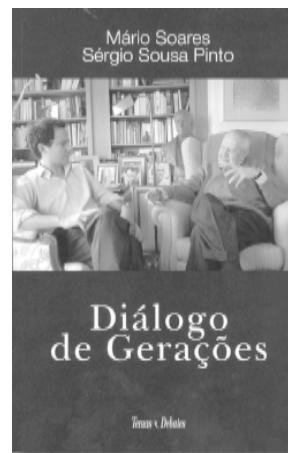
"Diálogo de Gerações" não é por isso apenas um confronto amigável entre a irreverência da juventude e a ponderação da maturidade. Trata-se antes de um testemunho que respira jovialidade por todas as páginas e prende o leitor com a beleza das ideias claras e fundamentadas que ambos os protagonistas desenvolvem.

Algumas ideias fortes que resultam do diálogo merecem ser destacadas. Desde logo a necessidade clara de que a esquerda moderna consiga desenvolver uma narrativa política global e alternativa à narrativa neoliberal. Uma narrativa fundada num inconformismo criativo, como contraponto ao realismo estéril das abordagens acomodadas. Uma narrativa que permita a regulação pelos valores das instituições supranacionais que emergiram com a globalização económica, social e política.

A reflexão desenvolve-se num claro respeito pela memória e pela diversidade, assumindo que a formulação das soluções mais adequadas é uma soma de perspectivas e não uma via única e castradora. Curiosa é aliás a constatação de que se existe uma crise da social-democracia e do socialismo democrático não é uma crise dos valores mas uma crise dos instrumentos. A questão hoje é saber como é que se conseguem conceber políticas concretas que incorporem os valores adequados ao contexto económico e social em que vivemos. Ora nesta linha de raciocínio, reflectindo a essência do problema, é também no desenho das políticas alternativas que a reflexão dos protagonistas vai menos longe, mesmo na abordagem crítica, bem patente na forma como são descartadas as políticas sociais do "New Labour", sacrificadas no altar das opções geoestratégicas erráticas do seu líder de referência.

Todos os temas de actualidade nacional e internacional são analisados com uma fecunda perspectiva integrada e procurando explicações sólidas nos domínios da erosão das lideranças e da crise da democracia representativa face à emergência de novos modelos comunicacionais. Também em relação à União Europeia, fazendo jus à sua qualidade de eurodeputados, os protagonistas nos proporcionam uma análise informada e ousada dos desafios emergentes, com uma perspectiva em que o aprofundamento não é apenas uma bengala para o alargamento ou para os pactos orçamentais defensivos.

Face a estas breves notas de destaque, necessariamente marcadas pela minha matriz específica de análise, poderão alguns leitores que buscam neste texto a motivação para a leitura integral da obra, pensar que aos "Diálogos" falta afinal o picante do contraditório, expectável numa conversa entre personalidades que embora unidas



O LIVRO

Diálogo de Gerações

Mário Soares e Sérgio Sousa Pinto
Expresso, Temas e Debates
Lisboa 2004

pela amizade e pelas referências ideológicas comuns, foram marcadas por percursos e vivências díspares na formação da sua identidade política.

Sendo verdade que o contraditório raramente é explícito no livro em apreciação, uma análise atenta nas entrelinhas, dos reparos e das objecções, permite encontrar algumas dicotomias curiosas entre as perspectivas e as percepções dos dois protagonistas.

Desde logo, o diálogo de atitudes entre a consagração e a afirmação, que conduz a uma dicotomia entre a preocupação com o que "passa", próprio de quem sedimenta uma imagem e desenvolve uma estratégia de posicionamento político, em contraste com a preocupação com o que "conta" de quem já há muito inscreveu o seu nome e o seu percurso nos anais da História nacional e internacional.

Por outro lado, o diálogo de experiências entre o vivido e o esperado, que se reflecte na discrepância entre a insistência fracturante de quem quer marcar posição a todo o transe e a sapiência tolerante de quem sabe que as reformas mais consistentes são as que agregam vontades e não as que as extremam e dispersam.

Finalmente o diálogo de percursos, um plasmado num contexto democrático e por isso mais intelectual e reflexivo, outro construído sobre as plataformas da resistência política e por isso mais experimental e empírico.

Num tempo de descrença e falta de auto-estima, Portugal e a sua esquerda mais moderna em particular podem encontrar nos "diálogos" uma fonte inspiradora de elevada qualidade, pela visão informada que transmite, do mundo das ideias e das ideias do mundo. Estamos todos perante um óptimo pretexto para pensar, conceber, ganhar e transformar Portugal de acordo com os valores perenes da justiça, da equidade e da liberdade.

Carlos Zorrinho

Universidade de Verão

"A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL"

Évora de 24 a 28 de Agosto
Hotel da Cartucha

Programa provisório

1º DIA. 3ª Feira, 24
Recepção, boas-vindas,
jantar de abertura oficial

2º DIA. 4ª Feira, dia 25
A política e o novo media
10.00 Horas. Plenário com
2 oradores convidados
16.00 Horas. Grupos de
Trabalho

3º DIA. 5ª Feira, dia 26
Serviço Público
10.00 Horas. Plenário com
2 oradores convidados
16.00 Horas. Grupos de
Trabalho

4º DIA. 6ª Feira, dia 27
**Regulação e acesso aos
media**
(manhã ou tarde eventualmente livre)
10.00 Horas. Plenário com
2 oradores convidados
16.00 Horas. Grupos de
Trabalho

5º DIA. Sábado, dia 28
**A Relação políticos/
jornalistas**
10.00 Horas. Plenário
com 2 oradores
convidados
16.00 Horas. Sessão de
Encerramento pelo
Secretário-Geral do PS

Gabinete de
Estudos

PATRIMÓNIO, NEUROSE CONTEMPORÂNEA?

Como é sabido (Dicionário das Ciências Humanas, dir. de G. Thines e A. Lempereur, Lisboa, Ed. 70, s/d., p. 634), "a análise freudiana reconhecia nas queixas somáticas e nas outras perturbações puramente psicológicas associadas ao estado neurótico, os sinais de um conflito psíquico insuperável. Neste contexto, a neurose é uma afecção cuja gênese é psicológica e cujos sintomas constituem uma expressão simbólica de um conflito psíquico em grande parte inconsciente, que radica na história infantil do sujeito e que provoca a formação de compromissos entre as exigências contraditórias dos desejos inconscientes e defesas que impedem a sua realização, levando assim ao recalçamento". A prática, o discurso, e o uso do "património", na sociedade contemporânea, acompanham-se em regra de estereótipos de queixa, de perda, de acusação: o património é aquilo que tem valor, e a que se não dá a devida atenção é o que está, por condição, em permanente desgaste. Seja por incúria das autoridades, seja por falta de consciência cívica ou cultural, seja por culpa de certos depredadores (que só vêem o seu interesse particular e a curto prazo, e deprezam o geral e o longo prazo), etc. A totalidade mítica, equilíbrio perfeito do mundo, ou satisfação plena da sociedade e do sujeito, para que tal discurso de queixa parece apontar, estão fora do tempo e do espaço, são exteriores à sua própria possibilidade de realização, alimentando-se, em última análise, disso mesmo. Neles se projecta, de facto, o sentimento de perda fundamental da transcendência paterna (Deus) que as sociedades modernas acarretaram. Não se trata de dizer que a sociedade contemporânea, de inspiração "ocidental", tem de ser, por essência, consumista, materialista, a-religiosa e/ou atea. O que se passa é que Deus deixou de ser a referência última (pela qual se justificavam todos os sacrifícios), sendo substituído pelo indivíduo e pela sua capacidade, racional e emotiva, de decidir se isto ou aquilo (incluindo o valor supremo, a transcendência) interessam ou não à sua realização pessoal. O indivíduo é o eixo último da decisão, da razão moral.

Vivemos pois numa sociedade não transcendente, não vertical, mas horizontal, numa sociedade não androcêntrica, mas baseada num indivíduo abstracto, onde as referências de género são secundárias (mulher com papel igual ao homem, mas sobretudo reivindicação de todas as sexualidades ou transexualidades como escolhas possíveis), numa sociedade hedonista e do prazer, onde a própria cultura é para ser vivida em fluxo, em série (circulação, turismo, festa, experiências, curtções, música de fundo) e não sob a forma concentrada do modelo, do único, do sublime, do silêncio. O valor colectivo mítico, de referência última, é a "cultura" (valor de consumo), e a parte desta que se colectiviza e tem de ser transmitida e ampliar, é o património (valor de referência). Por isso, o património colectivo não está em destruição, mas em construção e ampliação constantes, mesmo que uma parte importante dele, os documentos/suportes da memória, se tornem cada vez mais alvo de apropriações específicas, por vezes agressivas ou mesmo brutais, permitidas pela tecnologia actual. Tal dá-se através do colecionismo, musealização, arquivamento individual ou público (compulsão repetitiva, vontade de reciclar permanentemente o inútil, por referência a uma "memória" que compensa um quotidiano cada vez mais efémero, evanescente, imprevisível,

desejo de posse cuja continuidade se alimenta da sua própria frustração, fixação nos objectos como suportes e emblemas de identidade). Não se trata apenas de "deixar testemunho" de uma experiência, trata-se de manifestações que traduzem uma indistigável vontade de "lacar" a experiência total, de negar o tempo, de encerrar o "passado" em caixas (caixões) para poder passar sem ele, para poder esconjurar a morte e abrir espaço para o grande mito, o conhecimento ilimitado do mundo (promessa da ciência).

Mas tal também se dá na vontade simétrica de construir novo, o que implica eliminar o antigo, arrasá-lo, ou então

integrar parcelas do mesmo, apenas como referência ou mote, quase irónico, de uma utilidade ou significação perdidas. Também aqui há a negação do tempo, do "passado", através não da conservação, mas da destruição, da vontade de fazer tábuas rasas e de emitir o demiurgo ou Criador, recomeçando (agora de forma perfeita) a História, o futuro todo, encarado como uma "paisagem à nossa frente". Esta atitude de "recarregamento das baterias do mundo" existiu aliás em todas as sociedades humanas, desde as mais "primitivas", e daí vem a importância dos rituais colectivos cíclicos, acompanhados de orgias, sacrifícios, formas diversas de criação de intensidades emotivas comunitárias, etc. de que ainda hoje nenhuma comunidade prescinde: veja-se o paroxismo futebolístico, ou a sentimentalização que se infiltra por todos os meios, da família (dias da mãe, do pai, dos namorados, da mulher, da criança, dias de tudo e de mais alguma coisa) ao espaço público que é a televisão (telenovelas, filmes, músicas, sempre num ambiente "light", acompanhado de revistas onde permanentemente desfila esse universo da felicidade/tragédia permanente, heróis e mártires, que repetem estereótipos infantis, etc.). A novidade da nossa época é que ela se centra no indivíduo, e que este, acima de si, apenas tem a incerteza cada mais nítida do futuro, do próprio futuro que tanto mitifica.

A meu ver, a única forma de nos voltarmos a centrar é a de nos prepararmos para viver na relatividade, na mescla de culturas, na dialogia, na abertura ao outro como outro (e não como exótico de nós), no risco, tendo como referência última a solidariedade. A democracia, libertada da tirania do mercado e do egoísmo frenético e obscuro, pornográfico, que acarreta, e a recuperação daquilo que havia de mais perene nos valores do socialismo e do cristianismo, bem como de outras religiões/ideologias igualmente elaboradas e generosas, parece ser a única solução para a construção de uma utopia de futuro. Em que até a ideia de património, de "conservação", faça obviamente sentido como conjunto de bens e de recursos destrutíveis, partilháveis, negociáveis. Ora, o que tem de (relativamente) novo essa utopia, é que ela não se pode adiar eternamente, precisa de ser criada com brevidade, pela nossa acção resistente e militante, pois de outra forma vamos continuar a ver explodir, no coração das nossas próprias sociedades, egoístas e individualistas, as bombas do despeito e da inveja que por toda a parte difundimos. O saber é poder, e pode ainda salvar muitos inocentes. Não por uma revolução, ou reviravolta total, nem por um simples reformismo de Estado, em que os governantes, mesmo quando não mentem quanto a promessas, são impotentes para as concretizar. Mas sobretudo pela acção benévola de pessoas e de grupos concretos, que coloquem em toda a parte onde possam, onde chegue a esfera da sua acção, pequenas ampolas de tempo, de abertura ao outro, de, anti- stress, de convívio, de exigência, de qualidade, de generosidade, de tolerância, a tudo - menos aquilo que signifique mediocridade e barbárie. Não há forma de sair inteiramente da neurose, não há "mente sã em corpo são", como queriam as utopias higienistas, profundamente assépticas, e podendo resvalar para tiranias. Há sim, ao contrário, que abrir janelas de oportunidade, de respiração, de capacidade de afirmação - de muito mais seres humanos do que aqueles que ainda hoje podem construir a sua identidade e a sua dignidade - por entre o betão armado da falta de imaginação. Há que abrir fissuras, rasgões, ou, se tal não for possível, apenas pequenas incisões, na realidade asfiança da consciência dos que nos queremos fazer "sentir bem", e deixar continuar tudo como está.

VÍTOR OLIVEIRA JORGE



Ideias

Opinião

CONSTRUIR A HEGEMONIA

A intervenção e a implantação do PS - partido de vocação parlamentar - na sociedade civil é ainda insuficiente. Por isso, o IV Congresso da Tendência Sindical Socialista, realizado nas instalações da antiga FIL no passado dia 22 de Maio, deve ser considerado um acontecimento importante.



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

Os partidos de direita consideram o poder como uma espécie de herança que lhes pertence como se fosse um direito inato que podem transmitir de geração para geração. As mesmas famílias, os mesmos notáveis reproduzem-se nos conselhos de administração das empresas, nos ministérios, nos governos, subordinando o país aos seus interesses particulares, mesmo quando tentam convencer os incautos que representam o interesse nacional ou quando pedem sacrifícios à população em nome das reformas que consideram necessárias. Geralmente, quem faz os sacrifícios são sempre os que trabalham, enquanto são também

sempre os mesmos de sempre a acumular, a enriquecer-se e a dar ordens aos outros. Passaram trinta anos do 25 de Abril. No entanto, apesar dessa extraordinária revolução, a direita está perto de fazer vinte anos no poder, oito dos quais com uma maioria absoluta de um só partido. Nesses raros períodos em que se sentiu destronada do seu "direito natural" ao poder político utilizou todos os expedientes para o reconquistar, não hesitando mesmo em simular uma fictícia indignação que apenas escondia o seu ressentimento pelos privilégios subitamente perdidos.

Um partido de esquerda é estruturalmente diferente. A conquista do poder político não constitui para si um fim em si próprio, mas apenas um meio para melhorar as condições de existência de todos e não apenas de alguns. Não possuindo clientelas prontas a servi-lo, não recebendo o poder por herança, cooptação ou compadrio, deve construir a sua hegemonia a partir da sociedade civil. Trata-se fundamentalmente de um processo lento e paciente de intervenção social e cultural através do qual elabora os seus programas políticos, propõe alternativas e conquista a adesão ideológica de amplos sectores da sociedade que, anteriormente, por ignorância, desconhecimento ou hábito apoiavam os partidos de direita.

Sendo o PS um partido de esquerda, só pode ser uma verdadeira alternativa de poder se ousar conquistar a hegemonia. Mas para isso, não basta marcar na agenda política as segundas-feiras como dia dedicado a consultar os eleitores. Um partido de esquerda não pode reduzir-se aos rituais da vida parlamentar, nem pensar que a convocação da comunicação social para denunciar este ou aquele aspecto da política governamental justifica por si só a adesão dos cidadãos aos seus projectos de reforma social e política. É sobretudo necessário um trabalho de intervenção nas organizações da sociedade civil - sindicatos, associações culturais, movimentos cívicos - não no sentido de enquadrá-los e arremetá-los ao serviço da sua estratégia política, mas com o objectivo de federar vontades e recolher propostas alternativas ao poder dominante de direita.

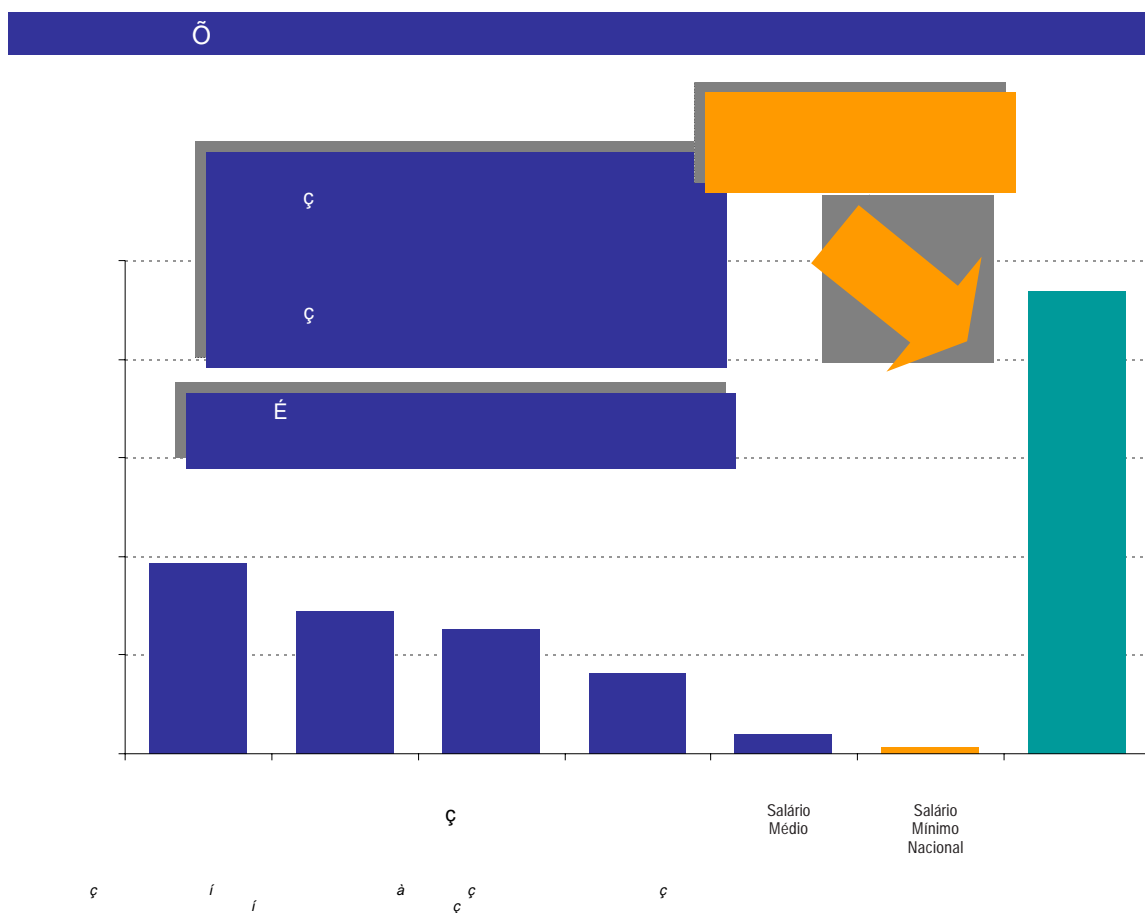
A intervenção e a implantação do PS - partido de vocação parlamentar - na sociedade civil é ainda insuficiente. Por isso, o IV Congresso da Tendência Sindical Socialista, realizado nas instalações da antiga FIL no passado dia 22 de Maio, deve ser considerado um acontecimento importante. Esta iniciativa teve como objectivo a revisão dos estatutos e a eleição dos seus órgãos dirigentes, consagrando formalmente, pela primeira vez após o 25 de Abril, a existência de duas sensibilidades sindicais: a Tendência Sindical Socialista da UGT e a Corrente Sindical Socialista da CGTP. A importância deste acontecimento - de certo modo submergido pelo *show-off* do Congresso do PSD - deve-se antes de tudo ao reconhecimento da Corrente Sindical Socialista da CGTP que durante muitos anos foi relegada para uma situação "clandestina" no interior do PS, ao mesmo tempo que se batia na CGTP pelo pluralismo sindical contra o tradicional dogmatismo da corrente maioritária. Bem-vindos, pois, ao PS a que, de resto, sempre pertenceram. A intervenção do PS na sociedade civil só poderá melhorar se mais iniciativas como esta se alargarem a outras áreas. Só assim poderá propor uma alternativa política que não se reduza a uma mera alternância no poder.

RECTIFICAÇÃO

Alberto Oliveira e Silva, fundador do PS, é o mandatário distrital das Europeias 2004 em Viana do Castelo e não o prof. Teixeira de Azevedo, conforme por lapsos noticiamos na última edição. Jorge Teixeira de Azevedo é mandatário, mas pelo distrito de Vila Real.

AFINAL A CONTENÇÃO SALARIAL NÃO É PARA TODOS

A governação de Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite significou dois anos sucessivos de congelamento salarial na Função Pública – isto é, perda de salários reais. Mas o mesmo Governo que faz cair os rendimentos dos funcionários contrata por valores milionários a um grupo económico privado um super-boy. O que devem pensar disto os funcionários públicos? E os restantes directores-gerais? E que pensar de uma propalada reforma da Administração Pública que tem como resultado prático por um director-geral a ganhar mais do que o Presidente da República, o primeiro-ministro e a ministra da pasta juntos?



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accasocialista@ps.pt

www.psp.pt/accacao